



## **ATA DA 39ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CADES, REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2017.**

Aos 04/10/2017, sob a presidência do Senhor Coordenador José Manuguerra, realizou-se a 39ª Reunião Plenária Extraordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

### **Expediente:**

Posse da senhora **Fabiane Rosa Yoshitake** como Conselheira Suplente representante da Secretaria Municipal de Justiça – SMJ.

### **Ordem do dia:**

Apresentação sobre “**O Programa Município VerdeAzul no MSP: perspectivas e necessidades**”, pela senhora Vivian Prado Fernandes.



**José Manuguerra (Coordenador)** - Bom dia a todos. Não temos quórum no momento, mas daremos início mesmo assim à reunião. Não teremos qualquer deliberação hoje. Trata-se de uma reunião informativa, então vamos dar início. Hoje é quarta-feira, dia 4 de outubro de 2017, 9:45h da manhã, Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Estamos dando início à 39ª Reunião Plenária Extraordinária do CADES. Agradeço a presença dos Conselheiros. Informo, em primeiro lugar, que o primeiro ponto da pauta do dia seria a posse da Senhora Fabiane Rosa Yoshitake, porém nós recebemos um e-mail da Secretaria de Justiça ontem à tarde solicitando alteração dessa indicação, então, por mais que tenha sido publicado no Diário Oficial, nós faremos essa substituição. Sendo assim, não será dada a posse à Conselheira suplente na reunião de hoje. O Conselheiro Azzoni ele pediu para fazer uma inclusão na pauta de hoje, um comunicado sobre eleições de Câmaras. Conselheiro? Por favor, se identificar para efeito de ata.

**Cons. Azzoni (Associação Comercial)** - Bom dia, Azzoni, da Associação Comercial. Nós recebemos por e-mail a solicitação de nomes para compor a CTLU e a Comissão de Paisagem Urbana (voz sobreposta), então nós temos dois titulares e dois suplentes para serem indicados. Até pediria aos Conselheiros que quiserem ser, compor essas Câmaras que sejam não simplesmente só para poder ter o nome, mas que sejam participativos, porque não adianta nós termos indicação e a pessoa não comparecer. Acho que é importante se indicar o nome e estar presente. Obrigado. Ah, mais uma coisa. Queria fazer uma ressalva aqui hoje. É dia de São Francisco de Assis, o nosso santo protetor dos animais e do meio ambiente, então nada mais justo do que na Secretaria do Verde uma reunião do CADES ser lembrado.

**José Manuguerra (Coordenador)** - Muito bem. Obrigado, Conselheiro.

**Cons. Marcos Moliterno (Instituto de Engenharia)** - Eu queria saber até quando pode indicar para essas Câmaras, porque eu consultei alguns colegas e ainda não recebi resposta deles e eu gostaria de saber.



**Cons. Azzoni** - A data é até dia 20 de outubro. Nós temos que ter as indicações dos Conselheiros do CADES que queiram compor.

**José Manuguerra (Coordenador)**- Eu proponho que seja na próxima reunião do CADES, se não me falha a memória, será no dia 22. Então, eu vou entrar em contato com as duas Câmaras solicitando esse adiamento de dois dias, para que a gente realize a eleição na próxima reunião ordinária, onde a gente indica os dois titulares e dois suplentes para compor as duas Câmaras. Aí, com quórum deliberado, presente em ata, tudo direitinho. Pode ser assim?

**Cons. Azzoni** - Só uma inclusão. Eu acho que como a gente tem que fazer a parte de documentação, eu acho que poderia, nesse meio tempo, quem tiver interesse já indicar o seu nome para (vozes sobrepostas) que a gente tem que não só mandar o ofício, mas com os documentos, com as declarações, com tudo assinado direitinho. Quer dizer que no dia, por exemplo, que for indicado o nome, a gente já pega e já faz as assinaturas que têm que ser feitas para poder mandar para não perder mais tempo.

**José Manuguerra (Coordenador)** - Perfeito. Nós enviaremos pelo e-mail do CADES essa solicitação a todos os Conselheiros. Solicitação de indicação, já com as regras, tudo bonitinho e, na reunião do dia 22, aí a gente reafirma e faz a eleição, mas a gente já comunica e já solicita a indicação antes disso para ganhar tempo.

**Cons. Marcos Moliterno** - Presidente, eu vou pedir para o meu suplente assumir, porque eu estou com problema de ordem pessoal: preciso acompanhar a minha mãe no médico, que é função da minha irmã e hoje ela não pode, aí complicou minha agenda, mas eu quis vim, porque, por problema de quórum, eu havia confirmado que viria. Ok?

**José Manuguerra (Coordenador)** - Sim, muito obrigado.

**Cons. Marcos Moliterno** - Obrigado.



**José Manuguerra (Coordenador)** - Maravilha. Prosseguindo, o primeiro item da ordem do dia: apresentação do Programa Município VerdeAzul - perspectivas e necessidades, pela Vivian Prado Fernandes. Ela é do Departamento de Planejamento Ambiental da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Vivian, por favor.

**Vivian (DEPLAN)** - Bom dia a todos. De saída, a gente quer agradecer. Nós, aqui do PMVA, a oportunidade e a abertura do espaço na reunião extraordinária. Em relação à reunião passada, a gente não conseguiu concluir a nossa apresentação, mas a gente está tranquilo com a abertura e possibilidade de poder expor uma pouco para vocês o que tem sido o Programa Município VerdeAzul, do Município de São Paulo, algumas das respectivas, necessidades e problemáticas que a gente tem enfrentado no decorrer desses anos. O Programa Município VerdeAzul ele foi lançado em 2007 pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e ele estimula ações ambientais locais para avaliar o desempenho dos Municípios do Estado, ano a ano, com o propósito de medir, apoiar a eficiência da gestão ambiental municipal, regional e estadual. É um programa que visa reunir toda a agenda ambiental, desde o nível local até o nível macro de planejamento estratégico para as ações ambientais no Estado de São Paulo. O Município de São Paulo é signatário desde o ano de 2008. Então, se a gente for ver, de dez anos do programa, o Município está presente nos nove anos do programa e o compromisso foi assumido via termo de adesão assinado pelo Prefeito e ele deve indicar interlocutores - titular e suplente - que, no nosso caso, como a gente é a Pasta responsável pela gestão ambiental da cidade, ele vem da SVMA, no caso eu, titular, e a Érika Megumy, suplente, e a gente está lotado, hoje, na Divisão Técnica de Sistemas de Informações Ambientais do DEPLAN, o Departamento de Planejamento Ambiental e concentra a articulação, captação, análise e consolidação dos dados e informações para o atendimento às exigências. Já é competência do DEPLAN 3 ser o grande gestor e consolidador das grandes informações ambientais produzidas na SVMA e por outras entidades que lidam com a questão ambiental. Então, foi coerente o Gabinete. Isso era



uma questão que antes era tratada no Gabinete, na antiga Assessoria Técnica do Gabinete da SVMA, por servidores comissionados. Houve uma deliberação de que isso deveria ser lastreado em função (ininteligível), em servidor efetivo da casa. Foi selecionado o DEPLAN como Departamento meio para assumir a condução do programa e desde que eu assumi isso em 2010/2011, que foi quando a gente passou acompanhar efetivamente as tratativas do programa. São dez as diretivas do PMVA, entendidas como norteadoras dessa agenda ambiental local: Município sustentável, estrutura e educação ambiental, Conselho Ambiental, biodiversidade e gestão de águas, qualidade do ar, uso do solo, arborização urbana, esgoto tratado e resíduos sólidos. Essas dez diretivas elas contêm parâmetros que são entendidos como tarefas comuns a todos os 645 Municípios do Estado, para que esse conhecimento gerado possa ser perpetuado e incorporado pelo Município na gestão ambiental, de forma que o poder público local seja estimulado a planejar e executar, no nível estratégico, as ações que promovem a melhoria da qualidade ambiental. É uma maneira é de dar conhecimento de que a gente, como poder público local, se aproprie do que está sendo tratado na esfera ambiental da cidade, dos Municípios, enfim, para que a gente consiga conduzir de uma maneira mais estratégica, efetiva, eficiente e eficaz, enfim, a agenda ambiental e fazer valer a melhoria da qualidade do Município. A resolução SMA nº 44 desse ano ela estabelece os procedimentos operacionais, os parâmetros de avaliação para esse ciclo e a gente tem que responder, ainda, um sistema informatizado, com preenchimento online, além de enviar arquivos comprobatórios para a Coordenação do programa. Esse ano houve uma diferença significativa em relação às certificações anteriores. Houve uma mudança na coordenação estadual do programa, uma nova equipe assumiu, um novo Coordenador. Com as alterações, a gente teve uma segmentação em três certificações: duas pré e a certificação final, que acontece, não é, em dezembro. Na primeira certificação, que aconteceu em 8 de junho, a gente deveria ter obtido uma nota mínima maior ou igual a 25 pontos e a avaliação seria por cada diretiva, o avanço de



atendimento em cada diretiva. No último dia 22 de setembro, também, uma nota mínima maior ou igual a 50 pontos e uma evolução em relação à primeira certificação, e a terceira certificação, que é a fase que a gente está agora, a gente tem que fechar, deveria fechar, uma nota mínima igual ou superior a 80 pontos para conseguir a certificação e o ranking do selo, aliás, do Município VerdeAzul. O relatório anual ele deve conter diagnóstico, proposta, ferramenta de comunicação, execução e resultado. Isso é um padrão que a SMA adotou para que os 645 Municípios consigam intercambiar as ações mais significativas, ter um melhor entendimento do que está acontecendo no âmbito estadual, replicar as melhores práticas e conseguir uma melhor valorização da questão ambiental no Estado como um todo. Exige forte articulação na SVMA e com demais Secretarias da Prefeitura e órgãos e autarquias de interface ambiental em todo o território, então para além da gente mesmo - a articulação interna da casa - na SVMA, a gente precisa conversar bastante com o Governo, Educação, Saúde, Serviço, Transporte, SABESP, AMLURB e quaisquer outros entes que tenham alguma gestão estratégica operacional sobre o meio ambiente no território do Município. O prazo final de entrega do relatório com todas essas comprovações é outubro agora, para certificação, que acontece só em 14 de dezembro, que é um evento que acontece geralmente no Palácio do Governo, com todos os 645 Municípios, o Governador, enfim, para dar um panorama do que está sendo a questão ambiental no Estado de São Paulo. Aqui é um exemplo do que a gente costuma ter de exigências. Então, você tem a diretiva, que, no caso, a gestão das águas. Ela é dividida em atitude, gestão e resultados e ainda uma proatividade. Eles determinam, dentro dos estudos que eles desenvolvem, a própria SMA e do que está sendo a temática em pauta, em determinado ano. Eles determinam essas ações, essas tarefas, que a gente chama, para que os 645 Municípios consigam atender. Então, aqui é um exemplo. Geralmente tem coisas que são bastante delicadas, que a gente sabe que não (ininteligível) São Paulo grande a gente sabe que não vai alcançar e tem coisas que, em tese, seriam muito fáceis, mas que por algumas deficiências de articulação a gente também



não consegue levar adiante. Agora, em relação a esse ciclo 2017, a primeira certificação, que aconteceu em junho, a gente não certificou por conta de problemas com arquivos comprobatórios e ausência e incompletude das exigências. O mesmo motivo na segunda pré-certificação, que aconteceu agora em setembro, e a gente está no relatório, em fase final de elaboração pela equipe, mas a gente já tem muitas inconsistências que terão um impacto negativo no resultado do ciclo, ou seja, não vamos certificar, não alcançaremos os 80 pontos nessa gestão, nesse ano, aliás, nessa fase 2017 e aí a gente precisa discutir um pouquinho - e é o objetivo dessa apresentação - falar um pouquinho de cada item, cada uma das diretrizes e o porquê que a gente não está alcançando. Vou começar com esse diagnóstico simples. A gente tentou simplificar aí, fazer um resumo nessa planilha do que é a exigência, do que a gente conseguiu, ou não, atender e por que e qual foi a resposta PMVA, da Coordenação do programa, nesse segundo ciclo de capacitação. O que está em vermelho já é o que está escrito: a gente não vai pontuar porque não tem ação no programa. O PMVA esclarece o porquê que ele não está sendo pontuado. O que está em verde é o que foi atendido, o que está em azul é o que a gente obteve, mas ainda não foi validado pela equipe do programa, e o que está em laranja é o que a gente aguarda documentação. Então, por exemplo, aí para esgoto tratado a gente tem o plano, um dos itens é o plano de saneamento municipal, saneamento básico. A gente possui esse plano, mas não houve submissão à Câmara de Vereadores, não existe lei em relação à aprovação do plano pela Câmara e como a exigência é muito direta em cima disso, apesar de a gente ter um extenso plano, com dois volumes e diversas ações articuladas dentro desse plano com outras Secretarias, não vai haver pontuação, por exemplo. A ação no programa que tem uma relação direta com esse plano de saneamento. Uma vez que o plano não está aprovado na Câmara e que as equipes não têm uma articulação em relação ao que levar deste plano para a realidade, também não vai ter pontuação. A gente até reenviou alguns itens do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos que tinha relação com a



questão do saneamento básico, mas também não foi aceito. A SABESP mandou para a gente o relatório gerencial do desempenho em relação à concessão que ela administra aqui no Município e isso foi atendido. A gente faz as visitas técnicas às estações de tratamento de esgoto e monitoramento e isso também foi atendido. A equipe, nós somos quatro pessoas responsáveis por visitar as cinco estações de tratamento, mais as quatro estações de água, mais os quatro ou cinco aterros da cidade, enfim, é toda uma estrutura que a gente precisa atender e, às vezes, fica comprometido. A gente também tem a questão. Eles buscam também com essas ações no VerdeAzul destacar algumas ações que o Município deveria chavear para dar mais visibilidade e importância da questão ambiental. Algumas pontuações são automáticas, vêm direto da CETESB e da própria Secretaria de Estado do Meio Ambiente, como essa questão do ICTEM, que é um indicador de coleta e tratabilidade de esgotos, e aí a gente tem também a questão das proatividades, que a gente pode escolher aí. O Município de São Paulo é muito pródigo nessa parte, porque embora a gente não tenha, não consiga caber na caixinha pelo nosso gigantismo, a gente tem muitas proatividades que precisam ser analisadas caso a caso pela equipe tanto da Coordenação quanto a equipe da SVMA para ver se consegue dar atendimento. Essa é a parte de esgotos. A gente tem a diretiva de resíduos sólidos. Para a diretiva de resíduos sólidos, a gente possui o Plano Municipal de Gestão Integrada. Ele não é instituído por lei, mas ele foi aceito porque ele já é há muito tempo consolidado e já houve uma extensa consulta pública em cima dele, então ele foi entendido como satisfatório. A gente tem algumas ações previstas no plano e está aguardando documentação da ECOURBIS, que é a concessionária responsável pela gestão do resíduo sólido aqui. A questão de outras ações que promovam redução, o automonitoramento da gestão final, que é a questão das visitas técnicas nos aterros, que a gente tem participado. Ações de coleta seletiva, ações de compostagem, ações de educação ambiental. A gente também está guardando algumas documentações tanto das equipes da SVMA quanto de outros entes da Prefeitura e da autarquia, da AMLURB também, da



ECOURBIS, que a gente está aguardando. O IQR, que é índice de qualidade de resíduos, é uma nota automática vinda da CETESB, e a gente acaba também não selecionando proatividade porque não tem uma conversa muito estruturada com a AMLURB em relação às atividades que eles têm desenvolvido, que seriam interessantes de realçar nesse ciclo do programa. Na diretiva de biodiversidade, a gente deveria apresentar o Plano Municipal de Mata Atlântica ou Cerrado. A gente encaminhou o mapeamento dos remanescentes, que foi a etapa que foi concluída em junho de 2016. Eles estão entendendo como atendidos, porque a gente já informou que o plano está em fase final de elaboração do relatório, que possivelmente vai ser entregue até o final desse ano de 2017. E que para o ano que vem a gente já coloca ele no ciclo, mas está em fase de conclusão. A gente não tem lei de pagamentos por serviços ambientais. A equipe que vai trabalhar essa temática é a mesma equipe do PMMA, então a gente está aguardando a conclusão do trabalho para poder dar seguimento e ele já foi previsto inclusive no plano plurianual da Secretaria. A gente também tem, não tem a ação de guarda responsável por cães e gatos. A gente está esperando contato do Centro de Controle de Zoonoses em relação à posse responsável e outras campanhas que o CCZ costuma fazer em relação a animais domésticos. A nota proporcional em relação à cobertura vegetal é uma pontuação automática feita sobre um trabalho do Instituto Florestal e eles usam, e a gente também, no DEPLAN acaba usando esse percentual de cobertura em comparação aos nossos indicadores também de cobertura e área verde para poder validar algumas diretrizes lá. A gente tem ações de conservação da fauna silvestre parcialmente atendida. Eles pediram algumas ampliações de informação. Educação ambiental com foco na biodiversidade a gente está aguardando retorno da UMAPAZ. A nota automática também em relação ao processo de restauração ecológica e a gente submeteu, como proatividade, um inventário de biodiversidade que é lançado, se não me engano, a cada dois anos - foi lançado o último em 2016 - e ele pode ser pontuado, mas ele não está na forma que o PMVA pede, que é essa questão do relatório em forma de diagnóstico, ação, comunicação, resultado. Então, a



gente precisaria também acionar as equipes da fauna para adequar o conteúdo do relatório ao conteúdo do PMVA. Arborização urbana a gente também... é uma das diretivas mais complicadas da gente cumprir, apesar de ser o nosso metiê, em tese. A gente deveria desenvolver e implantar o que o Estado denomina como Espaço Árvore e aí ele pensa da gente criar uma nova legislação que amarre para novos loteamentos a separação desse tal Espaço Árvore e dar publicidade a isso. O DEPLAN começou a fazer alguns estudos junto com o pessoal do Comitê de Calçadas para a questão da calçada verde, mas a gente ainda não consegue fazer uma (ininteligível). Como é uma articulação que exige acessibilidade. Não só calçadas, mas a questão de como é trabalhar o espaço urbano e o planejamento urbano da cidade, a gente não tem como amarrar esse critério do Espaço Árvore tão imediatamente. Isso já vem sendo exigido há uns dois anos, pelo menos, pelo programa e a gente não conseguiu emplacar. E ele deve se comunicar. Ele está determinando que ele deve ser definido como norma legal, a gente mandou os indicadores de plantio da cidade e tudo o mais, levantou alguns itens sobre arborização urbana, mas ele não está sendo entendido como atendido por conta que não tem determinação legal para o tal Espaço Árvore. A gente deveria realizar o cadastro, inventário das árvores no Município. A gente tem aí o SISGAU. O DEPAVE 2 mandou alguns dados, mas o relatório, mais uma vez, não está na forma que o PMVA exige e aí também é uma outra coisa que a gente precisa avaliar junto com o DEPAVE 2 como é que estão a questão dos relatórios do SISGAU. A (ininteligível) está cadastrada com a qualidade da informação e como é que a gente amarra tudo isso. Isso tem uma amarração direta com elaborar e implantar o Plano Municipal de Arborização Urbana, que a gente também não dispõe ainda, mas que está previsto também como um dos quatro planos verdes a ser executados agora pela próxima gestão no plano plurianual. A gente também deveria desenvolver e executar um piloto de floresta urbana e dar publicidade. O que seria um piloto de floresta urbana? É uma arborização organizada e com parâmetros bem definidos e marcados e a gente conseguisse informar para eles como foi e qual



foi a melhoria, se mudou a questão de calor, por exemplo. Um plantio ordenado e acompanhado de determinada área da cidade entendido como floresta urbana porque atende todos os parâmetros de arborização urbana. Não temos isso. Capacitar e treinar os profissionais em arborização urbana a gente está aguardando documentação, mas não houve resposta nem por DEPAVE G nem por DEPAVE 2 e a gente imagina que não há. Não há, não é, Robson? Um treinamento específico nisso. Então, de todo modo a gente está aguardando. Elaborar publicação sobre a arborização é o nosso Manual de Arborização Urbana, que a SVMA e o corpo técnico sempre estão atualizando. A educação ambiental a gente está aguardando a UMAPAZ. Cobertura vegetal, o DEPLAN está terminando de elaborar os mapas com os indicadores que a gente costuma acompanhar de área verde pública, parques, APPs e cobertura vegetal também e a proatividade a gente também está aguardando alguma ação que o Viveiro Municipal costuma dar, principalmente naquelas campanhas de arborização urbana e tudo o mais e a gente ainda não obteve resposta. Para o município sustentável ela é uma diretiva que reúne várias ações de articulação municipal que destacam essa questão da sustentabilidade no território e aí, por exemplo, você tem um levantamento da quantidade de energia consumida no Município, e a gente parcialmente obteve, mas o PMVA não considera na totalidade porque a gente não tem o programa instituído, a gente não tem indicação da fonte geradora. Seria uma articulação que a gente também teria que conversar com a ELETROPAULO, com a parte de SMG, que é a Gestão que faz toda essa parte dos contratos e das concessões e tudo mais para ver também como seria implantar isso. A tal da instalação modelo, que ela determina pelo menos dez itens de sustentabilidade, aí você pensa, ela tem que ser eco eficiente: iluminação, uso da água, disposição de resíduos e tudo mais e que deve ser dado publicidade como “sim, isso aqui é um edifício público municipal que atende esses parâmetros e que tem o selo VerdeAzul”. Então, a gente também acha que é um exagero, vamos assim dizer, exigir nesses parâmetros para dez itens. A gente tem um ou outra coisa em relação a prédios verdes. A gente tem



legislação de prédios verdes e tudo o mais, mas não teria isso. A documentação de origem florestal, documentação do CADMADEIRA também; não vai haver pontuação porque a gente tem a legislação própria do tema, mas não tem como comprovar. Falta articulação com a Secretaria de Licenciamento, a SMUL, que é a antiga SEL. Falta articulação com a SEL, falta articulação com o SEHAB em relação às emissões de Habite-se, se existe um controle sobre o empreendedor privado, e eu não sei, a gente até chegou a avaliar DECONT também se exige para o licenciamento ambiental emissão do Habite-se, um controle para o empreendedor privado de que a madeira que ele usa atende a lei ou a questão de outros documentos de origem florestal. Então, a gente não conseguiu rastrear isso e não vai conseguir atender também. A questão de compras públicas sustentáveis a gente também está aguardando a documentação e, na verdade, deliberou por utilizar as compras de material reciclado pela própria SVMA. Então, a gente está vendo como coloca isso como um exemplo que é da casa, vamos assim dizer, de utilização da própria Prefeitura. O estímulo à proteção sustentável de alimentos a gente está pegando alguns cursos da UMAPAZ, que tem a questão do curso de jardinagem, das plantas alimentícias que podem ser produzidas e tal. A ação de educação ambiental a gente também está pegando o curso de espaços verdes em ambientes reduzidos, está aguardando relatório da UMAPAZ sobre isso. Desenvolvimento sustentável das comunidades, indicadores é uma pontuação automática e a proatividade o PMVA enviou um questionário feito junto com a Universidade de São Paulo para acompanhar alguns indicadores. Envolve desde indicadores de população a indicadores de água, indicadores de esgoto, indicadores de resíduos. É um global. Eles estão com uma parceria com a USP para desenvolver algumas linhas de pesquisa lá e o prazo para isso, eles já colocaram, é novembro e também ainda está em elaboração, apesar de a certificação fechar agora em outubro. Como é uma coisa que entrou depois, o prazo é novembro. A gestão de águas a gente teria aí a questão das nascentes modelos e a gente não tem um modelo nos moldes do PMVA. A gente, na verdade, não tem na SVMA ou no território um



programa de proteção de nascentes efetivamente enquadrado e funcionando. O que a gente costuma ter são os parques lineares ou os parques municipais, que protegem nascentes, unidades de conservação, que contêm nascentes e que por serem unidades de conservação já estão, em tese, protegidos ou já têm algum mecanismo de proteção em cima, mas a gente não tem um programa de nascentes, então a gente possivelmente também não vai pontuar nesse. A questão do uso racional da água, a SABESP não retornou dados em relação ao programa de uso racional da água, o PURA. Também não foi possível... E o fornecimento do relatório da operadora a SABESP enviou. O monitoramento da gente nas estações de tratamento de água a gente fez nas três estações, se eu não me engano. A inserção no SISAGUA é feita pela Secretaria de Saúde. A gente está aguardando também, não teve retorno ainda. A recuperação ambiental de nascentes em torno, em relação a 12 anos de trabalhos, a gente não tem informações consistentes em relação ao programa de parques lineares ou a outros programas da Prefeitura e da Secretaria que poderiam atender o que a diretiva está exigindo. A ação do VerdeAzul na proteção de nascentes, como eu comentei, não tem mais. O índice de qualidade da água é nota automática porque parte do relatório da CETESB de avaliação de qualidade da água e a questão da proatividade a gente também está avaliando parcialmente, porque tem que ver se a gente vai considerar melhorar e ampliar essas informações em relação ao uso de água em algumas escolas da cidade. A qualidade do ar a gente deveria apresentar um cronograma de manutenção e substituição da frota municipal. A discussão eu sei que está fervendo agora dentro da SVMA e houve a licitação que foi barrada, agora, pelo TCM em relação à compra de novos veículos porque ela não continha a questão de combustíveis renováveis. O próprio TCM barrou. Ela está sendo revista agora e, possivelmente, para o ano que vem, se a gente consiga uma consolidação disso, a gente coloca. O contato com SPTrans é que a empresa que gerencia a atual frota não dá um balanço consolidado. A técnica lá já ficou de cabelo em pé também, já se comprometeu com a gente a criar uma rotina de padronização, também, de relatórios e



melhorar a articulação de contrato que eles têm com essa tal empresa. As avaliações de opacidade dos veículos a diesel, da frota própria e terceirizada não é feita. A SPTrans não tem um ícone de avaliação de opacidade. Comprovação da lei de queimada urbana: esse item foi modificado nessa última pré-certificação, então a gente precisa checar com o DECONT 3 como que isso está sendo feito e elaborado. Aderir à Operação Corta Fogo, que é operação do Estado como prevenção e combate a incêndio, o Município de São Paulo não fez a adesão ainda e para isso só basta uma canetada do Prefeito. O termo está pronto, a gente baixou, a gente está só esperando assinar e a questão da Operação Corta Fogo é o que a SVMA está lançando. Já lançou há questão de um mês ou dois atrás, mas também não houve ainda formalização da Portaria em parceria com a Segurança Urbana e o pessoal de Obras e Serviços, o CGE, que é o monitoramento das queimadas nas áreas de vegetação da cidade. Isso é feito pelo pessoal do DEPAVE 8, da unidade de conservação. O monitoramento, que já está bastante avançado, já existe uma parceria bastante consolidada com a Defesa Civil em relação a isso e a gente está aguardando formalização também pelo Gabinete do Prefeito e dos Gabinetes envolvidos. Participação no treinamento das oficinas a Defesa Civil já enviou a documentação e já está atendida. A ação na questão da queimada urbana a gente já obteve relatório do DEPAVE 8 em relação ao que tem. O DEPAVE 8 promove cursos de capacitação nas unidades de conservação para os gestores e para a população do entorno de como fazer combate e prevenção, prevenção e combate a incêndio, né? O mapeamento, comentar das ocorrências de queimada. O mapa já foi elaborado. A gente tem tanto a base do INPE quanto a base da Defesa Civil, no nível do Município. E a proatividade a gente também já pegou algumas ações de DEPAVE 8 decorrentes dessas ações de treinamento e decorrentes das outras tratativas que eles, por terem uma legislação específica do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, já têm competência de atender e, por isso, já fazem o acompanhamento. O Conselho Ambiental é a diretiva que nos cabe. Vocês, vamos assim dizer. A gente precisa sempre



demonstrar a comprovação da participação de funcionários nas Câmaras Técnicas de Comitê de Bacias. Esse ano a gente obteve parcialmente. Tem a ata, mas o Comitê também não tem uma rotina de registro das reuniões e publicidade dessas reuniões, como o registro fotográfico. Não tem. E o principal: não existe comunicação, aqui no CADES, do retorno do que é deliberado nos Comitês de Bacias para dentro do CADES. Então, sei lá, a gente participa realmente, delibera junto dos Comitês, mas não há uma devolutiva no âmbito municipal para os Conselheiros do CADES do que está sendo tratado nesses Comitês e isso é uma cobrança da Coordenação do programa. Talvez seja o caso, para o ciclo 2018, a gente alinhar algumas agendas específicas com o CADES de cumprimento e de algumas determinações para o Município VerdeAzul. A nomeação membros do Conselho pelo do Prefeito, a gente já pega isso do Diário Oficial, que é a nomeação e posse de vocês todos, mas eles estão pedindo para indicar como é feita a divulgação da nomeação para a Municipalidade, para além do que está no Diário Oficial. Como o munícipe não é um cara que fica lá pesquisando no Diário Oficial nem nada, como é que é dada a publicidade de que o Conselho está constituído, são "x" membros, com "x" entidades e que delibera com "x" frequência. Eles estão exigindo isso. Eles estão colocando atendido, mas estão pedindo a complementação. A colocação das reuniões do CADES e as Atas das reuniões com registros também. A gente teve contato com o DPP, obteve parcialmente. São através de meios e informes. As reuniões são transcritas, né, mas a gente também não tem registro. Teria que ver como melhorar, padronizar essas comprobatórias também em relação ao CADES. A Ata de reunião do Conselho do RGA é isso que a gente está fazendo aqui hoje. A gente vai deliberar, enviar a Ata de hoje, vai enviar o registro fotográfico da reunião de hoje e, pela primeira vez o PMVA teve um espaço para fazer a apresentação no CADES. Desses nove anos de ciclo do programa. E isso é uma exigência de pelo menos quatro anos já do programa. Por que também que a gente não apresentou antes? Os últimos quatro anos do programa a gente teve uma queda absurda em relação à questão ambiental no território da



cidade. Então, a gente teve sérios problemas de atendimento. Nem a gente como equipe se sentia confortável de vir aqui falar nada e nem a gente como servidor da casa e gestor também da questão ambiental na cidade se sente confortável de falar, deliberar sobre o que está muito fora - estava, né, pelo menos - muito fora da nossa alçada, que é a questão da vontade política de levar a questão ambiental adiante. Então, a gente espera, e por isso ficou contente com a abertura, espera que vire rotina, vamos assim dizer, trazer o CADES para dentro das deliberações do PMVA e vice-versa, para que a gente consiga dar a devida publicidade em todo o território. A participação do Município nas reuniões ordinárias do CONSEMA. O Governo do Estado entende que o Município estar presente nas grandes deliberações de meio ambiente do Estado, entender como é feita a conformação dessa deliberação, quem são os agentes envolvidos, também é de cunho de educação para os agentes públicos e também de melhor interlocução entre o Estado e o Município. Participação CONSEMA, divulgação dos assuntos das reuniões do Conselho, deliberações e resoluções isso o CADES já faz muito bem. A gente tem a nota automática porque a gente já tem a documentação pronta e como proatividade a gente vai mandar os CADES regionais. O Município de São Paulo é gigante, então a gente tem os "Cadinhos", que têm ações muito próprias e são universos completamente diferentes. A gente também está elaborando um relatório, vai pedir ainda mais apoio para o DPP em relação ao que são esses "Cadinhos", como eles funcionam, periodicidade de eleições e tudo mais, como um modelo de replicação também para o Estado. A diretiva de uso do solo ela fala principalmente da questão de resiliência, das ações da Municipalidade em relação ao enfrentamento dos riscos possíveis. Então, a gente tem a questão do plano de controle de erosão municipal, que não existe. Dentro do plano de controle para o Município VerdeAzul, também não existe. A ação relacionada a áreas contaminadas ou risco de contaminação. A gente sabe que o DECONT tem um acompanhamento, a gente tem um mapeamento, a gente sabe de algumas políticas de recuperação de antigas áreas contaminadas, mas a gente não tem um



programa efetivamente instituído de como trabalhar a questão de áreas contaminadas dentro da cidade. Próprio de São Paulo. A gente tem ações junto com a CETESB, junto com a Secretaria de Estado, mas não tem algo. Tem o pessoal do GTAC, que passa algumas informações para a gente, mas a gente sabe que isso não é estruturado, é muito mais uma questão de acompanhamento interno para o licenciamento ou para liberação de obras e tal. A inserção via COMDEC, que são os Comitês Municipais de Defesa Civil. No sistema integrado do Município a nota é automática porque a SMA já tem acesso a isso. A adesão ao Programa Cidades Resilientes e os planos de contingência. São Paulo é signatário do Programa Cidades Resilientes da ONU desde 2014. A Defesa Civil já faz algumas ações nesse sentido. A gente está aguardando ainda o restante da documentação. A Defesa Civil, esse ano, para essa gestão, que está prevendo a entrega de quase 1.000 planos de contingência. Cada plano de contingência, nas 32 Prefeituras Regionais vai abarcar a questão de risco de água, risco de solo, risco de contaminação. E aí, como cada Prefeitura Regional é um universo em si, a ideia da Defesa Civil é desenvolver todos esses planos. Já saiu em Diário Oficial. Eles têm um cronograma de planejamento, mas efetivamente a gente só tem um plano de contingência, se não me engano, em relação à baixa qualidade do ar, baixa umidade, qualidade não, baixa umidade. Então, eles estão pedindo complementação também de qual seria esse cronograma de execução. A gente já enviou todas as informações, mas eles estão querendo um cronograma de execução para ter um acompanhamento mais pormenorizado. Questão das fragilidades, potencialidades do uso do solo também aguardando a Defesa Civil na questão das áreas de risco da cidade, como é que vai documentar isso. O mapeamento das áreas de contaminação, processos geodinâmicos, mineração já foi feito pelo DEPLAN, porque a gente pegou as bases de dados disponíveis e a gente vai consolidar agora um relatório, submeter à análise da Defesa Civil - que é quem está no dia a dia e na ponta - para ver se tem aderência. E a gente está guardando a proatividade também da Defesa Civil com outros planos de contingência, outras ações. Uma das ações



que a Defesa Civil está querendo constituir é um Comitê de Cidades Resilientes que tenha assento de todas as Secretarias da Municipalidade, para conseguir dar melhor fluidez nessas ações integradas de prevenção e combate aos riscos na cidade e melhor resposta no sistema da ONU e tudo mais. Existe já uma minuta pronta, o pessoal da Defesa, da Segurança Urbana tem feito já algumas articulações, mas isso ainda não conseguiu chegar no Gabinete do Prefeito para uma real consolidação desse Comitê. A estrutura e educação também tem tudo a ver conosco, SVMA. A gente tem a educação ambiental instituída no Plano Municipal de Educação. Mas a gente não tem um programa instituído para educação ambiental em funcionamento. A gente tem ações muito pontuais de escolas que querem fazer, por vontade dos seus gestores, mas a gente não tem uma ação, um programa efetivamente integrado e sendo gerido pela Secretaria Municipal de Educação, com o apoio ou não da Secretaria, enfim, com o apoio da Secretaria do Verde, que também faz ação em educação ambiental e é isso que o programa tem cobrado. Não adianta a gente ter uma Política Municipal de Meio Ambiente, que prevê educação ambiental como uma das principais diretrizes, ou a Política Municipal de Educação, que prevê educação ambiental também, como uma das principais diretrizes, se a gente não tem efetivamente um programa para dar funcionamento a tudo isso. Estrutura de primeiro escalão é o que a gente tem aqui, a própria organização da Pasta. Demonstrações do FEMA a gente já obteve com o pessoal do próprio FEMA. A articulação intermunicipal: a gente não tem atualmente nenhum convênio com outros Municípios do Estado de São Paulo em relação a alguma ação e colaboração técnica nessa parte de meio ambiente. Então, não vamos pontuar. Demonstração da fiscalização a gente tem o apoio aí do DGD e do DECONT. A gente conseguiu atender. A disponibilidade dos funcionários do meio natural, de funcionários efetivos, isso a gente atende, que é o próprio corpo técnico da casa, que tem diversas formações. A criação e comprovação de um centro de educação ambiental a gente obteve. A própria UMAPAZ pode ser entendida como um centro de educação ambiental. Então, a gente está aguardando o



envio. Tudo que vocês estão lendo aí, como, por exemplo, pasta vazia é que no prazo de submissão para a segunda certificação, como não veio a documentação a gente, óbvio, não enviou. Então, o que o PMVA não deliberou ou não pode deliberar é ou por ausência ou por alguma inconsistência e a gente acaba colocando aí. Um banco de dados municipal de dados ambientais é o que o próprio DEPLAN 3 gerencia e que a gente já coloca também o GEOSAMPA. Uma das coisas é o Banco Municipal de Parques e tem outros muitos dados georreferenciados que o DEPLAN gerencia. A gente não mandou tudo, mas a gente precisa complementar aí como é que o GEOSAMPA - e aí vai acionar o pessoal de SMUL, a própria equipe do GEOSAMPA - como é que a gente dá publicidade para o munícipe de que todos esses dados estão disponíveis e podem ser acessados, são dados abertos, que podem ser trabalhados pela comunidade. Houve uma modificação para os itens de fiscalização, para alguns itens de estrutura, que alguns dados de fiscalização ambiental vão ser entendidos como proatividade e, aí, a gente vai precisar novamente acionar DGD e DECONT para atendimento disso. Por fim, só uma observação. Se vocês forem observar, eu nem comentei porque também não era significativo, mas a gente tem ao final as notas. A gente deveria ter chegado na segunda pré-certificação com, no mínimo, 50 pontos. A gente chegou num total de 32 na somatória de todas as diretivas e aí a gente está apresentando uma evolução do que foi o programa. Desde que a gente é signatário houve um crescente de participação dos Municípios de todo o Estado. A gente tem um Município que certifica em primeiro lugar. Aqui foi a posição de São Paulo. Os únicos anos que São Paulo certificou foram os três anos - de 2010 a 2012 - onde havia o empenho pessoal do Secretário de Meio Ambiente na conferência das comprovações. Ele mesmo canetava o relatório, ele exigia, tinha reuniões periódicas com a equipe do PMVA, ou seja, existia um empenho político muito mais forte e que é o que garantia a articulação para que a gente conseguisse alcançar as pontuações. A gestão passada, como eu falei, foi terrível na questão ambiental. Então, a gente teve uma franca queda em termos de atendimento das diretivas e a expectativa para



esse ano é a mesma. Nós não alcançaremos porque ainda é um reflexo do que foi. A gente está num governo de transição, ainda é um reflexo do que acontecia antes e a gente está esperando melhores tempos agora. Alguns dos principais entraves é o descaso da alta administração municipal - e eu não estou falando só de SVMA, eu estou falando da Prefeitura como um todo, o Governo - com a questão do programa. Isso ficou refletido no fraco desempenho, como eu comentei. A deficiência nas respostas às solicitações do PMVA. São muitas unidades da Prefeitura e órgãos que não possuem rotinas de atendimento ao programa e sequer possuem base de dados estruturadas e acessíveis. O que é muito comum de acontecer é a gente ligar "Oi, somos do programa PMVA. O que é isso? Eu não posso criar mais uma atribuição que não é oficialmente instituída, eu não vou parar a minha equipe para dar atendimento. Eu tenho dado, mas eu não vou parar a minha equipe para dar atendimento". Então, a gente esbarra desde a questão da vontade do servidor, vamos assim dizer, e da responsabilidade de ter aquilo. Se isso não é reconhecido numa esfera da alta administração e de cima para baixo replicado, a gente não vai conseguir caminhar, principalmente por conta dessas coisas. E as bases muitas vezes não estão estruturadas. A gente costuma trabalhar a informação lá no DEPLAN 3, recebe muita coisa inconsistente, tem que ter várias reuniões de idas e vindas para a consolidação desse dado e muitas vezes o período do programa não nos permite fazer esse tipo de idas e vindas. A disponibilidade às vezes é parcial, porque a questão do medo de expor os problemas mesmo. A gente escuta muito isso. Fala assim: "ah, mas eu não quero que você divulgue isso no âmbito do Estado, porque isso vai ser, simplesmente, ser um tiro no meu pé". Então fica uma coisa... A gente fica sem saber... Então, tem uma questão de tentar aliar o viés político com um viés fático das coisas para que a gente consiga alcançar um real incremento estratégico da questão ambiental na cidade. E tem uma deficiência nas articulações necessárias. Antes isso era tocado num nível de Gabinete, você tinha o próprio Gabinete da SVMA, que tinha o Secretário do lado que fazia os acionamentos diretamente, mediante Ofício ou mediante as



Diretorias Gerais. Hoje nós somos uma divisão técnica de informações, que tem uma penetração no nível técnico, é óbvio, mas a gente não tem como pressionar os altos Gabinetes da Municipalidade, sejam das autarquias, dos órgãos da Prefeitura, ou dos permissionários, enfim. Então a gente precisaria ter uma melhor amarração dentro da casa e dentro da Prefeitura para ter melhor respaldo mesmo de como cobrar. Qual é a força do que a gente chega. Existe uma necessidade, existe uma legislação, uma Resolução estadual que exige o atendimento disso e fica a crítica se a gente, assim, quer atender realmente o programa? Precisa. Quer se manter signatário do programa? É uma avaliação que talvez deva ser feita pela Pasta e pelo próprio Prefeito em relação a manter essa rotina de trabalho ou não. E aí a gente coloca como algumas necessidades principais: estabelecer fluxo e responsabilidades em cada uma das principais articulações. O que é que é fluxo? Todo mundo se entender dentro desse processo, para que aquela informação alimenta, como organizar essa informação; estabelecer essa padronização conforme determinação do programa. O programa ele é muito taxativo. Como ele tem que fazer desde um Município gigante como São Paulo, que tem quase 12 milhões de habitantes, para um Município que tem 2/5.000 habitantes, ele tem que fazer uma padronização. Para ainda que a gente tenha um grande volume de dados, muitas vezes a gente não consegue chegar nessa padronização com as diversas unidades produtoras de informação. Então, isso é muito necessário: estabelecer essa padronização dentro do que programa exige e dentro do que a gente, como unidade de gerenciamento de informações, também costuma trabalhar. Criar uma espécie de cultura de informação mesmo, não só dentro da SVMA, mas também dentro da Municipalidade com um todo. A Prefeitura de São Paulo já vem nessa frente, a gente tem aí o Programa Dados Abertos, a gente tem visto o pessoal do GEOSAMPA, o pessoal do Comitê de Indicadores, o pessoal do Portal da Transparência. Já existe um esforço da Municipalidade em tentar trazer essa importância da cultura de informação e adequação de dados, mas a gente ainda não tem isso palpável, principalmente numa ação muito pontual que é o



programa. Suporte técnico-operacional para atendimento às diligências. A gente tem - tinha pelo menos - carro. Como é que a gente vai conseguir fazer visita técnica nas estações, nos aterros, nos Municípios vizinhos. As certificações, pré-certificações, são intermunicipais. A última foi em Rio Claro. O Gabinete cedeu o carro. Então, a anterior foi em Itu, nós não comparecemos. A gente tem capacitações em outros Municípios do Estado, que também impactam na pontuação, na questão do preparo do corpo técnico para atendimento do programa, que a gente não consegue comparecer. Algumas reuniões são feitas também em outros municípios, tudo o que é fora da Secretaria de Estado de Meio Ambiente ou que é fora aqui da SVMA fica um pouco delicado na questão do suporte técnico-operacional. Questão também de material, questão de divulgação. A gente já está numa conversa com o pessoal da comunicação de criar um espaço lá para o site do programa. A gente teve uma boa conversa com o Secretário Fernando na última quinta-feira. Eu coloquei que a gente vinha fazer essa apresentação, coloquei a problemática. Ele se mostrou bastante aberto a levar isso para o Prefeito Doria. Ele colocou, inclusive, que vai se esforçar junto com a equipe para fazer a principal articulação, primeiro aqui dentro da casa, e depois fora. E a gente quer entender principalmente essa reunião, que é a primeira abertura do Conselho para o programa, como um *start* para uma reestruturação para o ciclo de 2017. A gente já está entendendo, infelizmente, o ciclo 2017, 2018, aliás, o ciclo 2017 está perdido, por conta do que é um histórico, do que vem sendo aí os últimos 4/5 anos e a gente espera que com esse *start* aqui nessa reunião, o apoio do Gabinete, que a gente não sabe se é o Fernando, mas, enfim, o Gabinete instituído da SVMA, os Gabinetes dos Departamentos da Secretaria e a articulação que possa acontecer, melhore o nosso desempenho. E aí, no caso, real estruturação da equipe com esse subsídio de instrumento legal. A gente entende que uma Portaria Intersecretarial seria o ideal para que a gente consiga denominar efetivamente as responsabilidades. Quando eu tiver que falar sobre esse programa ou sobre determinado assunto de informação, quem eu aciono diretamente nas unidades de articulação. A gente saber quem é quem e



como cobrar, vamos assim dizer. E, talvez, constituir isso num nível... alguns Municípios fizeram isso por meio de Decreto até, Decreto-lei, criando especificamente uma equipe para atendimento do programa. A gente não está num nível de Divisão Técnica e teria que talvez escalar isso dentro da estrutura tanto da SVMA quanto da Prefeitura, para ver como é que a gente dá seguimento. E era isso. Muito obrigada. (palmas)

**José Manuguerra (Coordenador)** - Obrigado, Vivian. Sua apresentação é extremamente importante e é surpreendente que não tenha sido feita antes a este Conselho, que é um assunto de extrema relevância porque mostra, principalmente num Município com magnitude geográfica de São Paulo, onde as necessidades são extremamente grandes, mas os impactos também. Então, parabéns, apresentação muito boa. Antes de passar a palavra aos Conselheiros para as considerações, queria fazer alguns apontamentos. De fato, a foto que você nos trouxe não é bonita. Não é; mas é uma foto realista. Ela mostra a realidade do que ocorreu nos últimos anos - sem qualquer ideologia ou partidarismo - mostra que toda mudança de gestão, toda transição pode ser traumática se não houver continuidade do trabalho. E a pontuação do Município mostrou isso. A pontuação fraca. É um absurdo que Municípios menores tenham pontuações altíssimas e um Município, com a relevância ambiental que São Paulo possui, não alcance a pontuação suficiente para a certificação. A boa notícia é que há a vontade, sim, de reverter isso. Há a vontade e há competência, competência técnica dos colaboradores da Secretaria do Verde. Assim, eu sou suspeito para falar, mas competência técnica existe, é muito relevante, é muito alta, pessoas muito capacitadas e é preciso um trabalho forte de articulação. Articulação interna e externa dessas atividades, que inclui a divulgação do programa, que é o que você veio fazer aqui hoje para a gente. Então queria mais uma vez parabenizar e agradecer a sua apresentação. Com relação à articulação, eu quero deixar o DPP inteiramente à disposição para colaborar nesse sentido, com outras Secretarias, com outros órgãos, com entidades da sociedade civil. O DPP está lá para isso, inclusive. O ponto de



contato pode ser eu mesmo; estamos de portas abertas. Com relação ao pagamento de serviços ambientais que você falou no início da apresentação, a legislação ela já define um valor a ser reservado para o FEMA para pagamentos de serviços ambientais e, de fato, foi. Está previsto no PPA e na LOA de 2018, se não me falha a memória, verba da ordem de R\$ 3.000.000,00, o que, se não é suficiente, já é um bom início. Por outro lado, essa mesma legislação exige a elaboração do Plano Municipal de Pagamento a Fornecedores de Serviços Ambientais, que não foi feito na gestão anterior. Então, esse é um trabalho que está sendo desenvolvido por DEPAVE e a gente espera já em 2018 conseguir efetivar os pagamentos e, aí, contar mais alguns pontinhos para o nosso programa. Eu tenho uma dúvida com relação à composição dos pontos para as diretivas. A gente observa que Municípios muito pequenos, com ações pontuais, conseguem elevar a sua pontuação de forma relevante. Por sua vez, São Paulo, fazendo ações similares, o impacto relativo dessas ações num Município tão grande quanto São Paulo acaba sendo menor, mas o impacto absoluto é muito grande. Isso, aparentemente, conta poucos pontos. É isso mesmo? De que forma o Comitê que define essas diretivas poderia considerar o impacto absoluto das ações feitas pelos Municípios, assim do ponto de vista ambiental mesmo. Quando um Município pequenininho efetua uma ação que aumenta o seu índice "x" de 0,1 para 0,2, ah, ele aumentou 100%. Aí o Município de São Paulo, com a mesma ação, consegue um incremento de 99,9 para 100 também aumentou 0,1, só que percentualmente foi 0,1%, então consequentemente conta pouco, mas o impacto absoluto é muito maior. Então, qual seria uma sugestão, uma solução para isso? Há esse tipo de abertura para rediscussão dos critérios dessas diretivas? Eu sei que é um programa do Estado, então é mais complicado, mas considera que isso é injusto para os Municípios de maior relevância ambiental, o que é um contrassenso.

**Vivian** - Já existe, a gente, como equipe que toca o programa desde 2010/2011, a gente já faz essa crítica à Coordenação do Estado. Não se pode querer comparar laranjas com abacaxis. São Paulo e outros grandes Municípios -



Campinas, Guarulhos, Sorocaba - esses que têm uma população muito mais expressiva, um território muito mais expressivo e ações muito mais expressivas, serem balizados por Municípios muito pequenos fica um contrassenso no nosso entendimento técnico. O que a gente já vem debatido com a equipe do programa e vem sendo negado. A gente já pediu algumas reuniões técnicas, já teve chamadas, já teve organizações com a Coordenação justamente para dar um trato diferente para esses Municípios de magnitude, que a gente chama, diferentes. Mas a argumentação do Estado é que tem que ser uma linha de corte igualitária para os 645 Municípios e vem a crítica: "poxa, se você não consegue atender isso, porque criar coisas tão diferenciadas e tão novas". Então, pegando um exemplo: quando você vai pensar na arborização urbana. O Município de Novo Horizonte, se ele tiver que fazer uma ação de arborização urbana para cobrir "x" por cento do território urbano dele e ele planta cem árvores do total que ele já tem - 150 - ele fez um mega incremento de arborização urbana. A gente aqui tem um problema crítico até de onde plantar e já faz um esforço hercúleo sobre como criar espaço, como as equipes técnicas... a gente vê o embate das equipes técnicas, os agrônomos do DEPAVE, o pessoal dos DGD, um esforço para fazer um mínimo de incremento, de acompanhamento dos TCA, de acompanhamento dos TAC e isso não é muito considerado. Houve uma mudança significativa nessa questão da pontuação, que é uma crítica severa que a gente fez esse ano nessa nova coordenação do programa. Antes a resolução ela já trazia, por diretiva, a pontuação que aquela diretiva te daria. Agora, essa fórmula de como isso está sendo pontuado está a critério da própria SMA, que não liberou; porque o argumento deles é dizer assim "você não tem que pensar que está pontuando ou alcançando o tal ponto, você tem que focar na ação". Eu falei razoável, concordo, mas, assim, como é que eu, São Paulo, deste tamanho, consigo pensar nas minhas milhares de ações que poderiam, sim, atender algumas dessas frentes, não exatamente que você está me exigindo, mas o como eu poderia atender algumas dessas frentes. Não existe, hoje, uma clareza pela Coordenação do programa de como é feita essa atribuição de



nota em cima do material que a gente envia. A gente recentemente também teve numa reunião com a Secretaria lá de Estado de Meio Ambiente em que foi ratificado esse posicionamento de que não vai mudar o entendimento de que tem que ser igual para os 645 Municípios. Essa questão, a gente também teve numa deliberação. Inclusive, São Paulo é entendido como o Município que deve conduzir as principais políticas de meio ambiente do Estado de São Paulo. Eles querem São Paulo de novo colocando o PMVA no alto e sendo um dos principais parceiros e colaboradores na execução do programa, no apoio técnico, junto com a SMA e tudo mais, mas a gente ainda não consegue entender nessa nova Coordenação como é que tem sido feita essa atribuição e precisa aí desse levante mesmo, tanto técnico-operacional para conseguir voltar a ser protagonista dentro do programa. A gente tinha até uma. O José Walter Coordenador (ininteligível) São Paulo na segunda pré-certificação poderia ter certificado em primeiro lugar se desse atendimento a isso, isso, isso e ainda descontando a questão dos passivos ambientais, que a própria CETESB atribui e controla. A gente falou "tudo bem, mas se é tudo tão fechado, como é que a gente vai conseguir um mínimo de maleabilidade de atendimento"? Érica, você quer completar?

**José Manuguerra (Coordenador)** - Por favor, se identifica para efeito de ata.

**Érica (DEPLAN - PMVA)** - Érica, sou a suplente. Bom dia. Só lembrando algumas coisas: que a gente pontuava, chegava a 80 pontos porque eram consideradas todas as proatividades de São Paulo. Então, tudo que era considerado proatividade, a gente enviava e isso contava. Todos os anos, as diretivas mudam também, eles vão mudando de acordo com o entendimento deles do que seria melhor que o Município contemplasse na sua política de meio ambiente. E aí, até o ano passado, a Coordenação era do Zé Ricardo e, assim, esse ano eles mudaram a Coordenação. Então, nos dois últimos anos Novo Horizonte foi certificado em primeiro lugar porque eles alcançaram 98 pontos, eu acho, de 100. Então eles resolveram mudar a Coordenação, para mudar as diretivas



também, para Novo Horizonte não ganhar novamente, tanto é que... (voz ao fundo)... Vai ganhar? É, acho que Novo Horizonte vai ganhar novamente. Só que, uma crítica até nossa, pelo menos no nosso entendimento, é que essa nova Coordenação eles mudaram dois itens, pelo menos, na semana passada para a gente conseguir pontuar. Então, assim, não se muda a regra do jogo no final do jogo; e isso foi mudado na semana passada. Então, a gente está agora tendo que ir atrás para saber se a gente vai conseguir ou não ter esse item cumprido, atendido. É isso.

**José Manuguerra (Coordenador)** - Obrigado, Érica. Conforme a Vivian colocou, tem que se focar nas ações. Ponto. A regra não pode ser mudada dessa forma, você tem toda a razão.

**Vivian** - Complementando o que a Érica está colocando, na certificação de Rio Claro, que a gente teve agora - duas sextas-feiras atrás - houve uma sinalização, que a gente não sabe se efetivamente será cumprida, porque o retorno da reunião passada é que houve essa alteração, é de que uma vez definido e fechado o ciclo 2017, para os próximos quatro anos de gestão estadual não se mudarão as regras do programa. Então, serão essas as dez diretivas, uma ou outra ação possivelmente dentro da diretiva vai ter alguma alteração, porque o que que eles querem: constituir uma série histórica, para que a gente numa mesma gestão consiga comparar o início e o fim. Houve essa conversa, foi um compromisso, uma fala, não sei se um compromisso, do próprio Secretário de Estado de Meio Ambiente, o Maurício Brusadin, que esteve lá na capacitação e ele comentou que isso é um pedido de todos os Municípios. E o engraçado é que, houve essas alterações justamente para evitar esse tipo de favorecimento dos Municípios menores, mas efetivamente continua acontecendo. Novo Horizonte está lá disputando nos milésimos de casas decimais que vai certificar em primeiro lugar. Eles já estão com 96 pontos. Se você pensar que nesse contexto do programa o avanço, é um Município muito pequeno; e só entrou no meu mapa só por causa do Programa Município VerdeAzul. Do que eu conheço



de território estadual. É isso: a gente precisa ter uma, a gente, como equipe, já faz essa análise crítica das magnitudes dos Municípios. A gente não tem muito como alcançar. Como agora eles estão muito mais centrados no que é definido, São Paulo pode ter muitas ações de maior impacto, de maior relevância, de maior penetração, mas que não são entendidas pelo programa como ações pontuáveis. Então, a gente fica um pouco sem saber se vai seguir adiante, se vale a pena também ficar reunindo esse monte de informação. É um esforço técnico. A gente não faz só isso, a gente tem milhares de outras atribuições e é da casa, enfim. A gente precisa entender o que é que a Prefeitura vai se posicionar em relação ao programa ou não.

**José Manuguerra (Coordenador)** - Legal, Vivian. Obrigado. Eu passo agora palavra aos Conselheiros que quiserem fazer qualquer consideração. Conselheira Célia?

**Cons. Célia Marcondes (Centro-Oeste)** - Primeiro, eu sabia da importância desse encontro, por isso te disse que não dava para conversar naqueles quinze minutos, que era melhor ter uma data para isto aqui, da forma como estamos tendo. Isso aqui é um termômetro da cidade. E se a gente não levar isto aqui a sério, pode esquecer. E, nas ações ambientais, não vamos esperar que a gente possa ter um Prefeito que chegue para fazer a lição de casa. Não vai fazer. Há os interesses econômicos que a gente bem conhece, há os conflitos da cidade, em especial uma cidade macro como São Paulo. Agora, de grande valia que eles obriguem esses itens e coloque quais são. E aí a gente pensa no princípio da proporcionalidade. Uma coisa é a cidade lá que tem um carinho para plantar árvore e que durante o ano inteiro ele vai plantar 100 árvores. Nós aqui temos centenas de funcionários para fazer isto; e aí a gente tem que fazer a lição de casa. O que falta é política pública para isso, para esse setor. É de grande valia que a gente tenha, porque São Paulo não merece mesmo o Município VerdeAzul, gente. Acho que aqui é unanimidade. Nós somos cinza, em todos os tons de cinza. Não dá para exigir isso em hipótese nenhuma. Agora como fazer essa lição



de casa? Tem que ser de baixo para cima, como estamos fazendo. Então, você está de parabéns de fazer essa análise crítica, construtiva. Agora, isso tem que chegar ao Senhor Prefeito porque ele é o cara. Amanhã pode até não ser ele; há grande chance até de não ser. Mas. Ok, o que entrar vai ter que saber isso também. Nós precisamos publicizar isso, precisamos colocar para a sociedade isso que está acontecendo. Então, se der para você passar isto para a gente, essa tua apresentação... Se nós pudermos levar isso para a imprensa e mostrar o que é que está acontecendo em São Paulo, porque isto é uma autocrítica de grande valia, de grande importância para todos. Então, vamos levar esse termômetro para frente porque políticos têm tempo de validade. Ele cai, mas a cidade fica e nós ficamos e queremos levar isso à frente. Então, existem críticas, sim, para esse Município VerdeAzul, mas eu acho que ele foi a última medida que se tomou para ter uma avaliação de cada cidade e essas cidadezinhas - eu até conheço alguns Prefeitos dessas pequenas cidades - o cara se mata. Vai ele plantar árvore lá, vai ele ralar para fazer a coisa acontecer e não é justo que a gente, com todo dinheiro que tenha, com esse território fantástico, não faça a lição de casa. Então, não merecemos mesmo. Então, gostaria que você passasse isso e que a AMLURB fosse chamada para ela participar aqui com a gente, porque ela é a principal, que, efetivamente, não faz a sua parte e que, anualmente, você ou a representante por este tema viesse aqui no CADES falar desse assunto para nós. Nós queremos saber e queremos deliberar sobre isso. Obrigada.

**José Manuguerra (Coordenador)**- Obrigado, Conselheira. Passo a palavra à Conselheira Rosa.

**Cons. Rosa** – Rosa – OAB/SP. Bem, primeiro parabenizar aí pela sua exposição. Muito dinâmica, didática. Eu sou uma entusiasta do programa. Eu fui Conselheira do CONSEMA por várias gestões, desde a gestão do José Goldenberg, portanto acompanhei o desenvolvimento do programa a nível do Estado dentro do CONSEMA, que foi instituído num outro momento. Eu acho que para reflexão a



gente tem que pensar nisso. O Programa Município VerdeAzul foi instituído em 2010, como você colocou, na gestão do Chico Graziano, onde os Municípios não eram licenciadores também, ou seja, era uma atribuição do Estado, na maior parte dos Municípios, fazer o licenciamento ambiental como um todo. Então, acho que isso é importante a gente refletir, por quê? Porque na medida em que o licenciamento passou a ser atribuição do Estado, muita coisa mudou, com a Lei Complementar 140, onde inúmeras outras obrigações ambientais foram transferidas para o Município. O que eu quero dizer com isso que muda? Primeiro, qual é a vantagem do Município ser certificado? O que é que o Município ganha do Estado com a certificação? Uma pergunta que eu te faço porque anteriormente o que a gente via era uma movimentação política em razão da certificação. A gente sabe disso, que a maior parte dos Municípios buscavam a certificação, como você colocou, de alguns gestores ambientais que faziam pessoalmente isso, batiam na porta do Estado para conseguir a certificação. Hoje essa atribuição, transferida para a maioria dos Municípios, aí antes essa atribuição era estabelecida através de convênio, então o Município que tinha condições de fazer o licenciamento ambiental, ele ia lá na porta do Estado e falava "olha, eu posso fazer o licenciamento aqui, então você me transfere essa atribuição através do convênio"? Com a Lei Complementar 140, isso passou a ser automática e os Municípios tiveram que se preparar e se estruturar para isso, criando suas Secretarias, suas leis ambientais. Muitas, não é Azzoni, não tinham. Município não sabia nem o que era e tem Município até hoje fazendo o licenciamento através de Decreto, quer dizer, ele não tem Secretaria de Meio Ambiente, ele não tem Conselho, ele não tem legislação ambiental, ele acumula Secretaria de Habitação com Secretaria de Meio Ambiente. Então, eu acho que isso, para vocês que estão no programa há bastante tempo, pessoas totalmente experientes, eu acho que tem que pensar nisso. Para que serve, para que continua servindo a certificação? Qual o benefício o Município tem para isso? Mas, acumulado com isso eu queria saber se os Departamentos vão se manifestar, porque eu vi que muita coisa tem a ver com os Departamentos, tem a



observação dos Departamentos, que têm tendências (inaudível) se Secretaria através dos Departamentos vão se manifestar em relação às observações em vermelho, obviamente.

**Vivian** - Respondendo a sua questão sobre o para quê. Realmente lá no começo era mais uma questão de agenda política e, principalmente, de educação, vamos assim dizer, dos Municípios menores e aparelhamento dos Municípios menores de se estruturar ambientalmente. Tanto que, por exemplo, a diretiva de estrutura ambiental, de você ter que mandar para lá qual é a sua estrutura, você tem uma Secretaria própria, você tem um representante, você tem uma agenda separada do Planejamento, da Habitação? Porque geralmente é isso mesmo: a gente vê os Municípios menores as Secretarias são conjugadas. Você tem Planejamento e Meio Ambiente, Habitação e Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Você não tem uma Pasta própria. O que passou a acontecer no decorrer do programa? Eles tentaram fazer algumas amarrações-vantagens para estimular a adesão e cumprimento do programa. O que a gente tem de mais significativo hoje é que com o selo do Município Verde você tem acesso a um fundo especial, o FECOP, e à questão de financiamento de necessidades. Isso, no nosso entendimento como São Paulo, é muito útil para esses Municípios menores. Na magnitude de São Paulo, que já tem uma composição diversificada de fundos, o impacto é muito pequeno na questão de utilizar o Selo VerdeAzul para captação de recursos, até porque também o uso desse fundo também tem dotações fechadas. A gente precisaria se adequar também nas linhas e, pelo que eu vejo da experiência que a gente tem tido, dos contatos da Secretarias que poderiam se candidatar ao uso do fundo, eles já têm dotações próprias para algumas coisas e acaba não tendo um impacto relativo. Então, assim, realmente não existe uma real vantagem para o Município de São Paulo para além de divulgar uma agenda ambientalmente sustentável, correta, equânime e tudo mais. A gente está, o DEPLAN 3, está trabalhando o Relatório de Sustentabilidade da SVMA. A gente quer lançar, a gente tem como meta lançar para até março do ano que vem o Relatório de Sustentabilidade e depois vai



jogar isso no âmbito da própria Prefeitura do Município, através da metodologia do *Global Reporting*. Então a gente está desenvolvendo. Quando a gente pensa que um Relatório de Sustentabilidade é como se fosse uma prestação de contas de uma determinada empresa ou entidade para a sociedade, o Município VerdeAzul, do que a gente entende como equipe, nada mais é também que uma grande prestação de contas se existe uma real aderência entre o que o Estado apregoa, o que os todos Municípios deveriam minimamente cumprir. Para nós tem sido mais isso e é por isso que ficou também na minha fala aquela questão: qual é a real relevância de eu conseguir escalar isso no nível dos altos Gabinetes da Prefeitura e ter um real compromisso da alta Administração com o atendimento do programa, se, de fato, para além da vitrine política, vamos assim dizer, sendo mais um selo de prestação de contas e não de efetivamente retorno financeiro ou retorno prático, eu não vejo. É a nossa crítica. A gente por ser do tamanho que é e já tendo acesso e possibilidades tantas, ainda é muito pequeno o impacto. Também havia com a equipe da Coordenação anterior uma discussão de fazer um alinhamento entre as exigências do Tribunal de Contas do Estado para o que são as questões também da agenda ambiental dos Municípios e fazer essas amarrações dos controles, das diretrizes. O programa ser uma espécie também de grande acompanhador, de um grande *benchmarking* também do que está sendo feito, do que está sendo atendido, dos grandes projetos que estão sendo financiados para a questão ambiental, mas também a Secretaria de Estado não evoluiu nesse convênio com o Tribunal de Contas do Estado e a gente não teve mais informação. Então, na prática, nós do nível técnico, pensando também em como vender o peixe para a alta Administração, nossa visão é muito mais isso: é um relatório de prestação de contas entre essa questão do que o Estado apregoa e do que a gente deveria minimamente executar e como que a gente consegue chegar. Eu não vejo, em termos de vantagens, é mais isso: de a gente se reconhecer como maior Município do Estado e que faz, sim, a lição de casa e que leva adiante essa coisa da questão ambiental. Quanto aos demais Departamentos, o Fernando ele se comprometeu,



pelo menos na fala dele, a escalar algumas reuniões internas e aí a gente passa a palavra para os colegas.

**José Manuguerra (Coordenador)**- Obrigado, Vivian. Conselheiro? Por favor se identificar.

**Cons. Lúcio Fleury (Instituto dos Arquitetos do Brasil)** - Enfatizar também a importância dessa apresentação aqui no Conselho e a pergunta que eu ia fazer era muito próxima do que a Rosa comentou: sobre o significado prático da pontuação. Acho que no caso de São Paulo é mesmo a importância de dar o exemplo. Um Município desse tamanho importantíssimo dar o exemplo para os demais Municípios que, de fato, vão precisar também estender essa possibilidade de captação de recursos nos fundos etc., mas eu vejo que para São Paulo se direcionar a esse exemplo com um programa tão bem embasado como esse que você apresentou, eu pergunto assim: quais são as estratégias de divulgação do programa? De fato, ele vir aqui no CADES é de suma importância. Até para a nossa avaliação rotineira na questão ambiental, o critério de avaliação e de adequação, esses tantos dados técnicos que os relatórios apresentam, se a gente começar a ter uma rotina aqui de convívio eu acho que vai ser interessantíssimo para todo mundo que está no Conselho. E, aí, eu comecei a perguntar de que forma, já que você vir aqui fazer uma apresentação dessa, como isso nos ajuda, como que o Conselho poderia ajudar numa estratégia de divulgação do programa para que a gente comece a valorizar mais esse tipo de coisa, porque as ações todas contempladas pelo programa são todas muito importantes. Agora, o programa, em si, com esse nome - que é um nome forte - eu mesmo não conhecia ainda. Eu não sei se o Conselho poderia fazer uma carta de recomendação e valorização disso tudo, porque é evidente a forma profissional como tem sido feito esse trabalho ao longo de nove anos. É muita coisa. A gente vê tantos selos hoje ligados ao mercado imobiliário. No caso, como arquiteto, eu convivo muito com isso e o desenvolvimento da cidade ele é incentivado muitas vezes por selos de qualificação ambiental. Agora um



programa desses, com essa pontuação, é de um valor importantíssimo. Cabe a nós pensar uma maneira de expandir isso para o público em geral. A única pergunta que eu deixaria, então, além de você já ter falado sobre o significado da pontuação, se existe atualmente alguma estratégia de divulgação do programa.

**Vivian** - Respondendo, a gente fez uma consolidação do que foi a última gestão para o programa, que foi essa grande derrocada que eu apresentei aí. E, na verdade, a gente teve uma primeira aproximação com a assessoria de comunicação da SVMA justamente para criar um sítio específico dentro da página da SVMA para começar a dar maior visibilidade como um programa, uma real parceria da Secretaria e do Município com o Governo do Estado. Para, além disso, a intenção nesse site seria divulgar as visitas técnicas, divulgar a movimentação da equipe e as articulações que estão sendo feitas ou que são feitas para o programa, deveriam ser feitas para o programa. Num primeiro momento, escalar isso dentro da estrutura da Secretaria e depois dentro da estrutura das principais Secretarias de interlocução e das autarquias, como a AMLURB, por exemplo. Então, também levar talvez isso para o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental, Infraestrutura, pensar nisso também em outras esferas de replicação da informação. Acho bastante pertinente se o CADES puder fazer esse tipo de aporte, de apoio. Não sei exatamente como poderia se dar. Talvez até fazendo pequenas menções nos CADES regionais, para que também se consiga chegar nas pontas de articulação da SVMA, que também deliberam sobre as questões ambientais, que a gente está até trazendo os CADES regionais como proatividade e isso é muito interessante. A gente fazer chegar nos limites do território uma informação como essa, as pessoas se apropriarem mais do que seja o programa, dar essa limpada, fazer a apresentação e dar essa limpada do pra quê. Mas, entendendo mesmo, que é muito mais essa questão do selo, em si, como selo ambiental, essa questão de prestação de contas, selo ambiental. E a gente imagina que um primeiro momento de forte divulgação e forte respaldo na articulação; e aí a gente já deixa o agradecimento ao Manuguerra por abrir a



porta do DPP. O DPP era realmente fundamental nesse tipo de articulação. A gente teve alguns problemas também internos com a articulação do DPP, com os outros Municípios e com as outras entidades que trabalham no território com a questão ambiental. Eu acho que é um primeiro movimento. O que eu conversei com o Secretário Fernando na reunião de quinta-feira passada foi justamente isso: a gente tentar propor uma agenda em que essa questão da visibilidade do programa com a comunicação, utilizando os meios da SVMA de suporte para a comunicação, criar os boletins internos, criar as visitas monitoradas, ter uma melhor aproximação com o Estado. O Estado já se dispôs várias vezes, a Coordenação já solicitou várias vezes reunião com o Secretário aqui para poder vir pessoalmente, fazer uma apresentação, contextualizar o programa. Já pediu várias vezes suporte técnico da equipe do programa para deliberações técnicas em relação a algumas diretivas. A gente sempre está participando das reuniões lá também. É, na verdade, dar mais visibilidade e começar a encarar essa nova estratégia de comunicação, mais fortalecimento das articulações, como um levante para o ciclo 2018. Seria fechar esse ano com uma estruturação de uma ação de comunicação junto com uma ação de fortalecimento da articulação, tentando fazer chegar isso até no Gabinete do Prefeito.

**José Manuguerra (Coordenador)**- Legal, obrigado. Conselheira Carolina?

**Cons. Carolina (DECONT)** - Bom dia, Carolina, da Divisão Técnica de Licenciamento Ambiental DECONT 2, representando aqui o DECONT. Eu vi que tem muitas pendências aí com relação a nós, não é (risos), principalmente áreas contaminadas e do licenciamento ambiental. Também tem lá a questão do DECONT 3 com relação ao levantamento de denúncias e infrações. Então, aqui eu coloco a nossa disposição para vocês. O que precisarem de informação, para a gente entrar no detalhe das informações que vocês precisam para a gente ter a mesma linguagem aqui dentro, que eu acho que é essencial. Mas, aí então a gente se prontifica a termos uma nova conversa para a gente afinar exatamente quais são os pontos que faltam. De qualquer forma, parabéns Vivian, Érica,



Marcelo, Ana Lúcia pelo grande trabalho, que eu sei que deve ter sido um esforço muito grande de todos vocês. Mas a gente fica à disposição para tratarmos desse assunto especificamente, está bem? Obrigada.

**José Manuguerra (Coordenador)**- Obrigado, Carol. Conselheira Sueli?

**Cons. Sueli (CEMAIS São Mateus)** - Eu acho que o maior ganho para a cidade é resgatar a dignidade ambiental do Município e esse programa eu entendo que vem para isso. Então, este é o maior ganho. É mostrar que nós podemos sim, resgatar a dignidade ambiental da cidade de São Paulo. Eu sou Conselheira no CADES regional de São Mateus e terça-feira nós temos reunião e eu já vou levar a questão para lá. Dentro do CADES de São Mateus, nós estamos desenvolvendo o censo ambiental regional, que é o levantamento de todas as ações que acontecem no território. Aqui dentro do CADES eu represento a Macro Leste 1, que é Cidade Tiradentes, Itaquera e São Mateus e me comprometo a levar para essas outras duas Prefeituras Regionais também a apresentação do Município VerdeAzul e até a iniciar o censo ambiental nessas outras duas Prefeituras Regionais para que isso possa servir, quiçá, de exemplo para que outras possam fazer isso também e contribuir com o trabalho da Secretaria. Eu entendo o que o Conselho ele precisa ser um instrumento mais forte na região. Os CADES regionais eles têm muitos potenciais e a gente precisa aproveitar isso e fazer com que, de fato, ele não seja só um nome que seja publicado no Diário Oficial, que ele possa atuar diretamente no território e provocar mudanças, promover mudanças e catalogar essas mudanças e mostrar que nós podemos, sim, resgatar a dignidade ambiental da cidade. Obrigada.

**José Manuguerra (Coordenador)** - Obrigado, Sueli. Passo a palavra ao Conselheiro Robson.

**Cons. Robson (DEPAVE)** – Bom dia a todos os Conselheiros, Vivian, pessoal do DEPLAN. Parabenizar vocês pela apresentação. Realmente é um plano de suma importância para o Município e eu fico muito triste de ver que a gente está



obtendo...não vai conseguir a certificação esse ano e está obtendo esse histórico de notas baixas ao longo dos últimos anos. Mas, assim como a Carol falou agora, eu também sei que o DEPAVE tem muito a contribuir e é responsável também por muitos dessas notas baixas. Então, assim, o que que eu gostaria de dizer para vocês: o empenho do DEPAVE existe. Quando eu assumi esse compromisso com nosso ex-Secretário Natalini no começo do ano, o compromisso da gente reconstruir uma Secretaria que foi sucateada. Então, eu vim para cá com esse propósito. Infelizmente, esse ano, até agora, a gente tem trabalhado para apagar incêndio, para reconstruir um patrimônio que estava destruído. Muitas coisas ainda estão destruídas e a gente está numa luta ainda feroz para conseguir retomar, dar o mínimo de dignidade ambiental dos nossos parques, que são 107 parques. Que hoje você vê: alguns estão bons, um outro tanto está regular e, infelizmente, eu tenho muitos parques aí que estão beirando a miséria. Esforço não está faltando, está? A gente está licitando, a gente está conseguindo fazer. Nosso foco agora é esse: é licitar, é conseguir restabelecer condições de manejo de parques, de conseguir restabelecer produção nos viveiros, porque nem isso eu tinha também. Então, assim, a gente está à disposição, vocês sabem disso. A gente parceiro, DEPAVE, DEPLAN, DECONT, a gente trabalha todo mundo junto aqui. Então, o que vocês precisarem, a gente vai trabalhar junto, nós vamos fornecer para vocês, vamos lutar junto para a gente conseguir reverter essa situação em 2018. Agora, 2017 o resultado acaba refletindo o nosso cenário. A gente está correndo atrás para poder restabelecer. É isso aí.

**José Manuguerra (Coordenador)**- Obrigado, Conselheiro. Conselheira? Conselheiras, participação feminina hoje está muito boa. Assim que eu gosto.

**Cons. Débora (UMAPAZ)** - Eu reitero o que o pessoal dos outros Departamentos já falaram. Primeiro parabenizando pela apresentação e como que a UMAPAZ pode se colocar à disposição para fornecer os dados. Basicamente, eu tenho



quatro questões que elas são bem simples. Quem que é o contato que vocês têm lá na UMAPAZ para passar esses dados? Qual que é o prazo agora para outubro, porque muitas das pendências que estava aí a gente consegue entregar lá. Então, quem que é o contato que vocês estão procurando lá, porque não chegou até mim essas pendências. Como que a gente pode melhorar o envio dos dados para vocês, porque eu acho que isso também não é difícil para a gente, pelo menos. E como que a gente pode, porque em algum momento você falou que às vezes a gente manda os dados, mas há o registro e a comprovação ela é ineficiente. Então, como é que a gente pode melhorar esse registro e a eficiência da comprovação. E, também, colocando a UMAPAZ à disposição nas estratégias de divulgação para a população no geral, que eu acho que isso é uma das nossas atribuições.

**Vivian** – Respondendo, primeiro agradecer o que os demais Conselheiros colocaram. Realmente, é muito importante que a gente consiga restabelecer um fluxo dentro da própria SVMA entre os diferentes Departamentos. O que é que está acontecendo e isso é uma fase emblemática. Geralmente, a gente quando encabeça os contatos encabeça para das Diretorias gerais. Houve recentemente uma reestruturação também das Diretorias gerais de alguns Departamentos. Então, assim, a gente manda com tempo hábil, fica parado na caixa do gestor ou o gestor replica, mas não diz para quem, vira ele é um centralizador, um ponto focal. Muita coisa a gente mandava para Rose e a Rose não dava entendimento ou não dava retorno. Com a saída da Rose e a entrada da Meire agora, a gente já encaminhou algumas solicitações também para a Meire. A gente não sabe - e eu acho que é isso que é importante quando eu coloquei aqui na apresentação - a questão de estabelecer fluxo e padrão para as responsabilidades também. Quando a gente pensar que eu estou acionando uma unidade interna ou externa da Prefeitura e como o tempo de resposta que eu posso obter, se efetivamente aquela pessoa é a melhor articuladora para fazer chegar a minha necessidade a quem efetivamente vai responder. E uma coisa que acontece, que é clássica da Prefeitura também, muitas vezes a



informação é a cargo de um servidor, seja ele de carreira ou comissionado, enfim, mas ele é o proprietário da informação, não é o Departamento, a Divisão. Acaba tudo muito personalizado. Então, a gente também tem esse desafio na questão de estabelecer uma melhoria do que é a cultura de informação, na questão de padronização dos dados, também de criar uma relação mais institucional mesmo, para que eu não dependa de que "poxa vida, a Rose saiu e agora o que é que eu faço"? Aí você perde o fluxo, você perde a tempestividade das coisas e aí acaba que chega a data de encerramento de atendimento e a gente não alcança. Isso também aconteceu nos demais Departamentos, também no DEPAVE, também no DECONT, no próprio DEPLAN. A gente teve algumas alterações, a gente sabe. E eu acho que também entender para o ciclo 2018 essa vontade de estruturação política, o apoio do Conselho, o apoio da casa é muito importante nessa questão de definições de responsabilidade. Tomar para si, principalmente, internamente, para aí, sim, conseguir escalar isso externamente e para a sociedade civil também. Para começar a entender que existe uma ação coordenada minimamente para além do que a própria Secretaria, com todos os seus programas e ações nos diversos Departamentos. Algumas coisas com muito mais impacto na vida do munícipe, como a questão dos parques ou a questão das áreas contaminadas, do licenciamento, enfim, mas que é importante a gente conseguir estabelecer esse fluxo. Então, possivelmente foi isso o que aconteceu. A gente, no caso da UMAPAZ, foi. A gente mandou para a Rose, ficou lá, depois mandou para a Meire, a gente ainda não teve um retorno. Algumas coisas aconteceram também assim como o DEPAVE e com o próprio DECONT. Isso é emblemático também do que foi a administração passada e é um temor nosso - estou falando aqui como técnica - a gente pensar que está numa Secretaria que oito meses já está trocando Secretário de novo, sendo que a gente já está vindo de quatro anos que foi um Secretário por ano, um Gabinete por ano. É o que o Manuguerra falou: a questão do sucateamento da estrutura ambiental da cidade. A gente espera que essa gestão - eu não sei, eu não tenho nada político, eu não sou partidária de nada - eu minimamente trabalho, gosto do trabalho que



eu faço, não gostaria de ver tanto viés político pesando na questão estratégica, estrutural, do que seria as ações ambientais para um Município do porte de São Paulo, que deveria, sim, fazer valer muito mais o seu lema, que é a questão do tal do "Non ducor, duco" (eu não sou conduzido, eu conduzo). Isso é uma coisa que é muito valorizada dentro dos cursos de capacitação que a gente tem lá na EMASP, que a gente tem algumas conversas, mas a gente vê que, na prática, a gente tem um problema muito sério de real responsabilização das coisas. Então, sim, a equipe vai rever, a gente vai disparar o que está faltando para os demais Departamentos, a gente vai. A nossa ideia, na verdade, é que - e foi o compromisso que o Fernando deixou com a gente na última reunião de quinta - é que a gente institua uma equipe de apoio nos Departamentos para a equipe de DEPLAN, que faz a consolidação dos dados do programa. E, aí, não sei se precisa de Portaria - a gente acredita que não, porque, na verdade, a gente já vem trabalhando há muitos anos num nível de colaboração técnica. Talvez escalar essa coisa de Portaria Intersecretarial mesmo para fora ou fazer que o Prefeito já assuma de uma vez que quer uma certificação ambiental, pensando nessa questão de selo verde, de como prestação de contas mesmo, encampe o programa e leve adiante. Então, foi isso e a gente precisa rever o fluxo que está acontecendo com a UMAPAZ, a mesma coisa rever o fluxo com os demais Departamentos da SVMA. O prazo agora é 16 de outubro. A gente tem algumas coisas para fechar e a questão da padronização o que é que acontece? Geralmente quando a gente dispara as solicitações, a gente pede, a gente manda a Resolução, manda o anexo da Resolução que traz a descrição dos documentos comprobatórios. O que a gente imagina - e já viu que acontece em algumas situações - é que a pessoa que recebe não consegue se apropriar muito daquilo ou está com tantas outras demandas que não vai formatar para o PMVA. Então, a gente tem que ver se é questão de prioridade. O que é que a gente fazia muito, no começo. A gente recebia, simplesmente. Então, chegava aqui, a gente formatava, a gente consolidava. E como houve esse problema das diversas gestões, essa questão das perdas de fluxo de informação, foi muito



deletério para o programa porque a gente perdeu o fio da meada das coisas. Então, por mais que a gente quisesse manter essa atitude de "ai, tudo bem ninguém, vai fazer, todo mundo tem muita responsabilidade e outras prioridades, a gente mesmo consegue". A gente não consegue mais fazer isso. E, também, a gente vai muito num contrassenso do que a gente mesmo, no DEPLAN 3, principalmente, que é a unidade de gestão da informação, que é pregar a questão de criar cultura de informação. As pessoas têm que saber o que produzem, para que produzem, como produzem e se responsabilizar por aquilo. Ter qualidade na informação, não só de meio ambiente, qualquer informação na Prefeitura. Então, seria uma educação também. Na verdade, pegar alguém, instituir essa equipe que subsidiaria a equipe principal do programa, que somos nós quatro, para tentar dar essa padronização e fluxo de informação. Então, a gente aciona os Departamentos e vê o que consegue atender novamente até o dia 16.

**José Manuguerra (Coordenador)** - Ok. Obrigado, Vivian. Conselheira Mônica?

**Cons. Mônica (Sec. Saúde)** – Mônica, Secretária da Saúde, Divisão de Vigilância em Saúde Ambiental. Primeiro, parabéns pela apresentação. Muito bacana. E eu vi uma pendência nossa também aí em relação ao SISAGUA. Eu perguntei já. Eu não sei para quem vocês pediram o relatório, mas, esse ano nós trabalhamos forte com o SISAGUA. Todo mundo está alimentando as SACs, que é o sistema de abastecimento coletivo de poços. Os detentores estão alimentando o SISAGUA. Então, depois eu gostaria de saber com quem vocês pediram o relatório, que a gente quer contribuir e em que a gente puder ajudar. Outra coisa também: uma questão de trabalhar as melhorias lá no nosso prédio, lá na Vigilância. Eu me propus a retomar o A3P, e o A3P está vinculada, não sei se é o Programa VerdeAzul, não sei aqui na Secretaria quem é o responsável e, como é vinculado à Secretaria do Verde, eu queria saber, algumas informações a respeito da A3P.

**Vivian** - A gente vai rever também o contato com o SISAGUA. Vou tomar a liberdade de pegar alguns contatos de alguns Conselheiros aqui, então, que já



estão aí com o pessoal do DPP-CADES para a gente poder fazer esses direcionamentos, Ok? Com relação ao A3P, eu lembro que isso era um assunto tocado pela UMAPAZ, tinha a Thais Horta, já faz muitos anos. A Thais Horta ela coordenava o programa junto com a SVMA, dentro do serviço público como um todo, da Administração Pública como um todo. Hoje eu não tenho a informação do status do programa e de quem na SVMA hoje participa. Mas, aí, a gente pode avaliar. A gente avalia junto com a UMAPAZ como responder e fazer essa aproximação novamente, porque o A3P atenderia, e muito, alguns critérios, principalmente na questão de resíduos sólidos, na questão da educação ambiental também. Até por isso também era encabeçado pela UMAPAZ. Aí, a gente tenta fazer essa ponte de novo e fazer funcionar.

**José Manuguerra (Coordenador)**- Ok, obrigado. Mais alguma consideração? Conselheiro?

**Inspetor Maia (Sec. Segurança Urbana)** - Eu sou Inspetor Maia, suplente pela Secretaria de Segurança Urbana. Quando você fala em relação ao Fogo Zero, a Guarda e a COMDEC já vem trabalhando e tem muitos dados, principalmente mês de abril, maio e junho foram muitos inícios de incêndios nos parques. Para quem não sabe, os parques municipais são focos de muitos incêndios, principalmente Anhanguera e o Parque do Carmo. Então, nós temos bastante informações. Só você direcionar, que eu não sei se vai sair pela COMDEC ou pela Secretaria de Segurança Urbana. Mas, quanto a isso, a Guarda tem, desde o início do ano, feito cursos de aperfeiçoamento em relação ao combate a esse tipo de fogo, que é diferenciado do fogo urbano, é muito diferenciado. Nós temos o pessoal já treinado. É só você direcionar para o local certo. Eu acho que está faltando comunicação em relação a nós, servidores públicos. Obrigado a todos.

**Vivian** - Posso ir respondendo? A relação do Fogo Zero que tem impacto na diretiva de qualidade do ar, aí realmente o trabalho que é desenvolvido com a GCM, a Defesa Civil e o DEPAVE 8 aqui é muito próximo, muito emblemático e dá



muito certo. O Adriano, que é o Coordenador aqui dentro da SVMA, o Adriano Candeias, Coordenador no DEPAVE 8, que encabeça essa questão do Fogo Zero, junto com o Ronaldo Malheiros, Coordenador na Defesa Civil, que também está coordenando essa questão da formalização mediante Portaria do Fogo Zero. A gente tem a captação de dados, o mapeamento de queimadas urbanas. A gente já recebeu algumas dessas informações, o Adriano já subsidiou a gente com alguns relatórios tanto da educação quanto dos cursos que ele coordena. Ele ministra alguns desses cursos nas unidades conservação dos parques da cidade, inclusive os que eram efetuados lá no Anhanguera, o Adriano Candeias. O Ronaldo Malheiros e o próprio Coronel Álvaro nos receberam, receberam a equipe do programa, numa reunião na Defesa Civil também no início desse ano; subsidiaram a gente com bastante informação com relação a esses planos de contingência, de combate de incêndio em área de vegetação do Município e a gente sabe que está bastante avançado. O que muitas vezes acontece é que para caber no molde que o programa exige, a gente precisa da formalização da publicação da Portaria, por exemplo, que ainda não aconteceu. Precisa da formalização da adesão do Município ao Corta Fogo, que é o programa do Estado, que ainda não aconteceu. A gente sabe que, tecnicamente, principalmente no DEPAVE 8, que é a gestão de unidades de conservação, por força de lei federal, do SNUC, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, eles já têm que fazer esse combate e prevenção. Então, eles já têm um programa articulado próprio e que eles tinham uma dificuldade muito grande de acionar as equipes de combate. Aí, entrou a contribuição fundamental da GCM - como o Adriano já nos colocou - de ter as equipes no momento certo, no local certo, entrar via SISGOI, se não me engano, o sistema lá da Defesa Civil exatamente, fazer a comunicação tempestivamente para que as equipes consigam acompanhá-los nas rondas dentro dos parques, na debelagem dos incêndios. Isso tem acontecido. A equipe do programa está bastante informada a respeito. O que a gente não conseguiu ainda é mais escalar esse nível político de efetivação das Portarias e das parcerias. Mas a gente sabe que o nível



técnico já funciona muito bem entre DEPAVE 8, Segurança Urbana, o CGE também, que tem a questão dos alarmes de incêndio. O DEPAVE 8 desenvolvendo também uma modelagem para a prevenção do risco de incêndio na cidade. Isso aí está sendo trabalhado, então a gente tem essa aproximação, ainda bem. (voz ao fundo). É, a gente mandou a comprovação também, que foi validada nesse ciclo

**José Manuguerra (Coordenador)** - Conselheiro Robson?

**Cons. Robson** - É só para complementar o que você está dizendo, Vivian. Essa Operação Fogo Zero na verdade ela não está mais restrita ao DEPAVE 8. Por conta desse começo de ano que o Adriano me procurou e a gente começou a conversar a respeito, que a gente começou a ver que o problema não se restringe a DEPAVE 8 porque pega a parte lá dos parques da Zona Sul e do Natural do Carmo. Não, eu tenho pelo menos uns 20 ou 30 parques urbanos que têm problema de incêndio, que são pontos recorrentes e que sempre acontece. Então, agora o DEPAVE 5, que é a Divisão de gestão dos parques urbanos, também está envolvido. O próprio DEPAVE está envolvido e a gente tem um aplicativo, quer dizer, na operação, na prática, ela já funciona. A gente tem um aplicativo aqui que está todo mundo interligado, inclusive eu, com gerenciamento de emergências, a Guarda Ambiental, o DEPAVE 8, o DEPAVE 5, os outros órgãos, onde a gente acompanha meio que em tempo real essas ocorrências do fogo. Então, está caminhando.

**José Manuguerra (Coordenador)** - Conselheiro Azzoni?

**Cons. Azzoni** - O programa é efetivamente eficaz, mas como nós estamos vendo aqui é uma questão de fazer funcionar as informações. Então, primeiro eu acho que, fazer as informações dentro de casa, dentro da SVMA mesmo. Quer dizer, se o teu problema é coletar a informação, até onde vocês estão conseguindo e por que está parando. É uma questão de procedimento. Primeira coisa é efetivar o serviço dentro de casa, para depois a gente cobrar dos órgãos de fora. Se a



gente não consegue nem fazer o serviço dentro de casa, como é que a gente vai cobrar dos órgãos de fora? A meu ver, na área de comércio, da área empresarial, eu acho assim: primeira coisa para gente conseguir um resultado efetivo, nós temos que fazer a lição de casa para a gente poder cobrar de Prefeito, cobrar de outros Secretários, de outros órgãos se a gente não consegue nem os resultados internamente. Então, eu acho que o primeiro passo aqui é que os resultados sejam apresentados. Eu estou aqui no CADES já faz alguns anos, eu nunca escutei... Você falou nove anos. Eu nunca escutei sobre o programa, nunca se falou desse programa. Eu participo das Câmaras Técnicas. Nunca dentro de um licenciamento nós colocamos essa questão de levantamento do programa. Então faltou informação também para nós, Conselheiros. Falta até, concordo com o Inspetor, que a questão da informação para o servidor, que, às vezes, não manda a informação porque também não sabe para quem mandar. Eu acho que a gente tem um vício hoje tecnológico de mandar e-mail e esperar que alguém responda. A gente colocar as coisas, para se tornarem mais efetivas e fazer com que o resultado apareça com uma velocidade maior e que os órgãos se comprometam também a dar a resposta. Eu acho que a primeira coisa é dentro de casa. Acho que o problema é um programa que fala de questão ambiental e dentro da Secretaria nós não temos informações para pautar. Que nem você falou: o relatório do CADES. Todas as nossas Atas são aprovadas e publicadas; então, quer dizer, mesmo que você não tenha acesso, mas você tem as Atas publicadas, dá para você fazer acompanhamento de todas as Câmaras Técnicas, de tudo o que é aprovado porque é público. Então, assim, mesmo que você não consiga efetivamente por mudança de Governo, mas você consegue buscar informação de outra maneira. Eu acho, assim, eu acho que a gente tem que buscar efetividade para que esse programa dê certo também. Obrigado.

**José Manuguerra (Coordenador)**- Obrigado, Conselheiro. De fato, existem várias lições de casa internas que a gente já deixou bem claro aqui.



**Vivian** - Só para dar um encerramento na sua fala. Eu quero deixar bem claro o empenho, na verdade, muito mais pessoal da equipe do programa no nível de servidores comprometidos com a casa e com a causa, por assim dizer, na questão do atendimento. Como eu já comentei, foi muito deletério o que foi feito à estrutura ambiental da cidade na última gestão. Não é só o que justifica, a gente sabe disso. Aqui a gente quando se dispôs a vir pela primeira vez ao CADES, é como eu já comentei, foi para dar a cara a tapa também, porque na gestão passada, por exemplo, o programa vem exigindo a apresentação no CADES nos últimos três ou quatro anos. A gente definiu estar aqui, finalmente, porque agora a gente consegue entender que com uma mudança de gestão, participação, a gente talvez tenha novamente possibilidade de levantar o programa. A despeito de tudo isso, nós, particularmente quatro e mais o apoio de algumas das Diretorias Gerais do DEPLAN e de alguns dos outros Departamentos, a gente leva isso muito mais como um compromisso do servidor do que um compromisso do Município e eu acho que essa é a grande diferença. É para além da lição de casa que a gente precisa aqui restabelecer os fluxos, redefinir os padrões e as responsabilidades. É entender que isso não tem que ser empenho pessoal de cada um, porque não sou eu que estou assinando as grandes deliberações da cidade, não é o meu nome lá, mas sou eu que estou lá como titular do Governo do Estado, em tese reconhecida pelo Prefeito da cidade com a articuladora principal junto com a minha equipe dentro do DEPLAN para poder fazer o programa funcionar. E só vejo que isso anda ainda aqui capenga desse jeito, nesses últimos quatro anos por um empenho muito particular da equipe. Então, é deixar claro que não houve falta de vontade, não houve também - e eu sei que não foi essa a sua fala - mas é deixar claro que os relatórios, os registros, as tentativas de reuniões, bater na porta, pegar dado, consolidar dado, que a gente também não tem entendimento, entender a falta de informação de quem a gente está exigindo, educar essa pessoa a dizer "ó, o programa é isso, mas isso já é muito do que você faz". "Ah, mas é mais uma coisa nova". "Não, não é novo, eu só quero o que você já faz", entendeu? Chegar nesse nível de aproximação,



ganhar um mínimo de espaço para você trazer uma agenda que é do Estado e tem uma reverberação aqui no território. É importante, também, deixar claro que a gente não está vindo aqui - eu concordo, é a primeira vez - e eu coloquei isso já aqui. Acho que o CADES tem agora esse papel importante. Eu não sabia como que era antes, fico feliz com as manifestações de todos que fizeram aqui. Vamos ver realmente o quanto isso efetivamente vai para frente, porque para a equipe a gente costuma coordenar e puxar e vira um grande sopro, mas não necessariamente uma sobrevida, vamos assim dizer. A gente precisa reestruturar.

**Cons. Azzoni** – Só complementando, a questão, até um dos itens era a formação do quadro do CADES. Vocês não conseguiram. Então, essa formação do CADES, se você tivesse vindo no CADES na primeira vez, todo o CADES te ajudaria a fornecer informações e o programa já estaria andando há muito mais tempo por causa da composição do CADES.

**Vivian** - Essa a gente conseguiu. O que a gente conseguiu é a publicidade para a Municipalidade do CADES. O CADES, hoje, não tem o seu programa de comunicação, uma agenda de publicização das temáticas. Porque nós lemos Diário Oficial, somos servidores, temos obrigação. Nós sabemos pesquisar Diário Oficial, sabemos por ofício técnico de estar envolvido com a questão ambiental, acompanhar as Câmaras Técnicas, acompanhar as deliberações do CADES. O munícipe lá fora, e essa é a exigência programa. A gente levou as nomeações, levou as composições, levou tudo. O que está pedindo é a complementação de "tudo bem, que legal, vocês têm um ótimo Conselho super-respaldado, com diversos representantes da sociedade, que se inteiram, que debatem, que avaliam, mas como isso chega no munícipe?"

**Cons. Azzoni** - Então, mas essa que é a questão. Existe uma parte paritária que é a questão da participação da sociedade civil, porque eu faço parte, como a Célia Marcondes. Nós temos a nossa divulgação. Tudo o que eu faço, a Associação Comercial fica sabendo, a OAB fica sabendo, a Célia, dentro; a Sueli, dentro dela, a gente tem a nossa comunicação. Por isso que eu falo assim: como



o Município recebe? É através da gente, da nossa participação da sociedade civil.

**Vivian** - É, falta essa complementação, que agora, com a aproximação que a gente está tendo com vocês, a gente pode conseguir (voz ao fundo)

**José Manuguerra (Coordenador)** - Por favor, falar no microfone para feito de Ata e se identificar.

(não identificada) - Também, também, uma das coisas que ficou faltando é o registro fotográfico que eles exigem que se faça esse registro fotográfico de todas as reuniões. (voz ao fundo). Então, é fácil, mas tem que tomar isso como uma prática. É uma das coisas.

**José Manuguerra (Coordenador)** - Conselheira Célia.

**Cons. Célia Marcondes** - Quem foi à última reunião viu o desespero da Vivian, quase chorando para fazer essa reunião, gente. Então, eu acho que não precisa falar mais nada. Então, a gente precisa fazer alguma coisa daqui para a frente. Ou seja, por que não criar um núcleo dentro do Departamento, dentro da Secretaria chamado Núcleo Município VerdeAzul? E que seja além dela. Ela não pode ser a única. Se ela ficar doente, ou ter que ficar fora ou, por algum motivo, muda de Departamento, quem vai cuidar disso? Precisa ter um Departamento para isso, um grupo de pessoas que possa responder, no coletivo, o que está acontecendo e o que vai acontecer. Então, precisaria de uma Portaria ou algum documento criando esse instituto aqui dentro, para que ele efetivamente faça a lição de casa dentro do setor público, dentro da Municipalidade e articulando com a sociedade civil, porque esse programa, alguém falou do interesse dele para o Município, marketing, verde, tal, mas, não, eu vejo lá no fundo. Isto é importante para o território paulistano, é importante para cada cidadão paulistano e para a biodiversidade que aqui está, então é fundamental e é um termômetro que a gente vai ter. Estão fazendo algo? O quê? Então acho fundamental a criação de um núcleo para isso. Nomeada Presidente.



**José Manuguerra (Coordenador)** - Obrigado, Célia. Conselheira?

**Cons. Cecília (Centro-Oeste, Butantã)** – Eu queria dizer que Alessandro, eu não posso concordar que você divulgue para a sociedade civil porque eu não recebo, existe uma diversidade aqui. Eu acredito que é necessário contar para a sociedade civil, para a sociedade, não só a sociedade civil, para toda a nossa sociedade. Eu acho que isso cabe ao CADES, sim. Eu não acho que isso cabe a cada um de nós dizer para nossa comunidade tão restrita. Só queria fazer esse comentário com relação à colocação do Alessandro.

**José Manuguerra (Coordenador)** - Obrigado, Conselheira.

**Cons. Azzoni** - Só respondendo. Na verdade, eu sou nomeado para representar uma associação, então quer dizer, eu sou obrigado a relatar aos meus pares o que acontece, como a Rosa Ramos faz dentro da OAB, como a Célia Marcondes faz na ECÓLEO e assim por diante. Não é uma questão assim: eu digo que é. Eu não faço a comunicação do CADES, mas que a gente consegue uma publicidade maior através dos nossos pares que nos indicam para cá, sim, a gente consegue. Lógico, o CADES deveria fazer? Mas se ele não consegue fazer, mas através da sociedade civil, que é a nossa representatividade aqui, a gente consegue passar. É a minha obrigação como representante aqui e como dos outros colegas.

**José Manuguerra (Coordenador)** - Obrigado, Conselheiro. É, de fato eu acho que a soma dos esforços de cada um é maior do que o todo. Eu concordo, Conselheira, com o Azzoni que cada representante pode usar a sua rede para aumentar a publicidade dessa ação, mas isso não exime o CADES da responsabilidade de também fazer a sua publicidade formal. Vivian acho que esse é um dos pontos que a gente deve alinhar, nas reuniões que nós faremos daqui para frente com todos os Departamentos. Alguma consideração a mais? Muito bem, reunião muito produtiva hoje, Vivian, mais uma vez parabéns pela apresentação, pela exposição da situação. Parabéns à equipe do DEPLAN. Os



resultados ainda não são os que a gente quer, ainda, mas a gente vai chegar lá com certeza. Legal, gente, então eu agradeço a participação de todos hoje nessa quarta-feira. Declaro encerrada a 39ª reunião extraordinária do CADES. Obrigado a todos.

### **FERNANDO JOSÉ VON ZUBEN**

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente  
e Desenvolvimento Sustentável – CADES  
Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente

### **Conselheiros presentes:**

ALESSANDRO AZZONI  
ANDREA FRANKLIN SILVA VIEIRA  
BEATRIZ MACHADO GRANZIERA  
CAROLINA AFONSO PINTO  
CÉLIA MARCONDES  
DÉBORA PONTALTI MARCONDES  
JOSÉ EDILSON MARQUES DIAS  
LUIZ FERRUA FILHO  
MARCELO DE MENDONÇA BERNARDINI

MARCOS MOLITERNO  
MARIA CECÍLIA PELLEGRINI GÓES  
MÔNICA MASUMI HOSAKA  
ROBSON MAIDA PROFENZANO  
ROSA RAMOS  
ROSÉLIA MIKIE IKEDA  
SOLANGE SILVA MAIA JACOBINI  
SUELI RODRIGUES

### **CONSELHEIRA SUPLENTE PRESENTE:**

LUCIO FLEURY DE OLIVEIRA BICHARRA

### **CONSELHEIROS COM JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA:**

ANGELA MARIA BRANCO / DELSON SILVA LAPA/ EDUARDO STOROPOLI / GEORGE DOI / THIAGO BIDA BRIANTI / WALTER PIRES / NELSON AAPARECIDO CARDM / SONIA APARECIDA TEIXEIRA / CRISTINA SCANTAMBURLO KIRSNER.

### **COORDENADOR GERAL:**

JOSÉ MANUGUERRA

### **SECRETÁRIA EXECUTIVA:**

RUTE CREMONINI